

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de  
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

## **12º Relatório Gerencial de Resultados**

### **Período Avaliatório**

01 de outubro a 31 de dezembro de 2021



JUSTIÇA E  
SEGURANÇA  
PÚBLICA



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

**Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:**

13/01/2022

## 1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, **no 12º Período Avaliatório (01/10/2021 a 31/12/2021)**. Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente **documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados**, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como é de amplo conhecimento, desde março de 2020, a pandemia do novo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) tem imposto grandes desafios aos Estados, organizações e sociedade civil no Brasil e no mundo. No caso da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais, uma das ações imediatas de enfrentamento da situação foi a suspensão das atividades presenciais em todas as Unidades de Prevenção do estado e o estabelecimento de medidas de engenharia financeira, gerencial e administrativa necessárias à adequação do Contrato de Gestão às restrições orçamentárias e de saúde pública<sup>1</sup>. Esse momento exigiu de todos os envolvidos na Política de Prevenção uma alta necessidade de se reinventar e tentar manter a qualidade da prestação dos serviços tradicionalmente realizados de forma presencial em formato remoto e/ou em teletrabalho. Tarefa realizada com significativo sucesso e apontada nos Relatórios Gerenciais 6 e 7.

A partir do último trimestre de 2020, seguindo as orientações e diretrizes emanadas da Supec/Sejusp e do Programa Minas Consciente<sup>2</sup>, o Instituto Elo iniciou a retomada paulatina das atividades presenciais das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Tal processo, contudo, não aconteceu de forma crescente e linear em todo o estado. Como indicado nos 8º, 9º e 10º Relatórios Gerenciais, o primeiro de semestre de 2021 foi marcado por uma grande instabilidade em termos de avanços e recuos dos protocolos de biossegurança municipais e estadual, levando

---

<sup>1</sup> Para maior acesso a essas informações, ver o Relatório Gerencial referente ao 6º Período Avaliatório.

<sup>2</sup> Criado pelo Governo de Minas Gerais, o Plano Minas Consciente estabelece critérios e protocolos sanitários para a retomada segura das atividades econômicas e sociais dos municípios mineiros que optarem por aderir ao programa. Para mais informações acesse: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>

os programas a se reinventarem constantemente na sua forma de atuação (presencial e/ou teletrabalho) e nas estratégias para manter o vínculo e a aumentar a adesão do público alvo nos territórios onde estão inseridos.

O 11º e o 12º PA são marcados por um cenário mais positivo e estável em termos de controle da pandemia. Pela primeira vez desde o início dessa crise sanitária, verifica-se a manutenção do nível verde do Programa Minas Consciente por praticamente um semestre inteiro em todos os municípios e regiões do estado. Apesar de o momento ainda exigir bastante atenção às medidas de biossegurança, de uma forma geral, no último semestre de 2021 foi possível reestabelecer os parâmetros metodológicos tradicionais da Política de Prevenção, com o retorno e manutenção dos atendimentos e ações dos programas no formato presencial, bem como pela “normalização” e reabertura dos serviços e instituições que compõem a rede parceira em todos os municípios mineiros.

O 12º período avaliatório encerra o ano de 2021 com várias novidades e informações importantes, dentre as quais destacam-se: i) inaugurado em setembro, o projeto-piloto “ComAgente”, do Programa Mediação de Conflitos, se consolida nos meses posteriores com 19 oficinas ativas e atende um significativo público nas áreas de abrangências de 6 Unidades de Prevenção à Criminalidade do estado; ii) ainda em processo de implantação, a UPC de base local Bom Jardim e Esperança, em Ipatinga, conta com equipes atuantes, diagnóstico de implantação elaborado e já começa a realizar os primeiros atendimentos. iii) inauguração do PrEsp em mais três municípios: Divinópolis, Ibirité e Vespasiano, além de Sete Lagoas, que teve a inauguração do Programa em setembro; iv) início do Projeto da Emenda Parlamentar Laura Serrano, com a formação da primeira turma de Montagem e manutenção de celulares.

Por fim, como será possível perceber, apesar da melhora do contexto pandêmico, os muitos desafios e dificuldades da execução dos programas continuam presentes no 12º PA. Contudo, o esforço coletivo das equipes e de todas as pessoas envolvidas na construção da Política de Prevenção tem sido capaz de romper as adversidades e promover o cumprimento integralmente de grande parte dos objetivos pactuados. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

## 2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Resultados	
			Metas	12º Período Avaliatório Out/21 a Dez/21
1	1.1	5	21546	29755
	1.2	5	1077	1434
	1.3	4	8532	10473
2	2.1	4	2581	1604
	2.2	5	3227	2755
	2.3	5	15183	18979
	2.4	4	324	402
3	3.1	5	575	512
	3.2	5	30%	1,0%
	3.3	4	480	881
4	4.1	5	49126	40315
	4.2	5	72%	79,7%
	4.3	4	3131	4903

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados	
				12º Período Avaliatório Out/21 a Dez/21	
5	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	19505	16835	
	5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	78%	88,2%	
	5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	1328	1606	
6	6.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	980	715	
7	7.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	990	2301	
	7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	15	12,1	
8	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	26	27	
	8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3	
	8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	3	3	
	8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	3	3	
9	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	100%	-	
	9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	100%	-	
10	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	150	-	
	10.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	60%	-	

## 2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

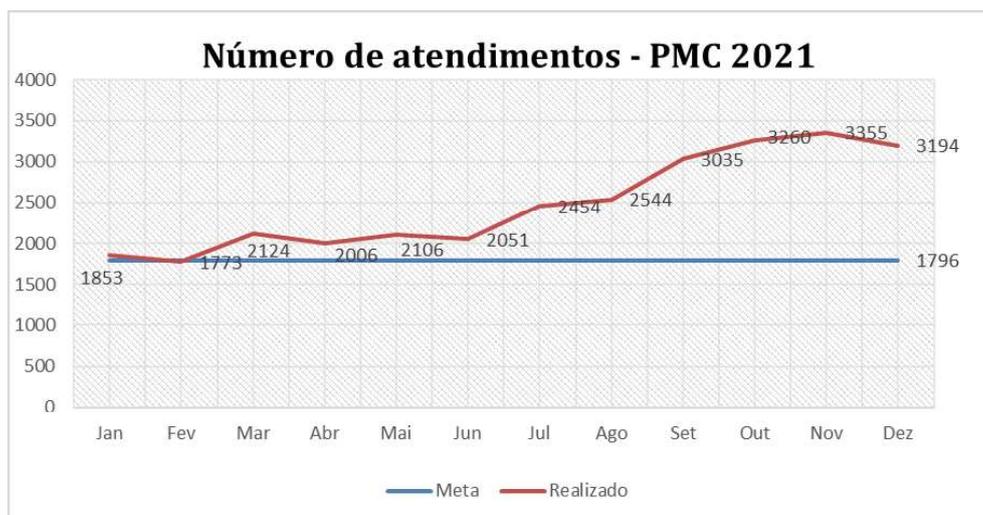
Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
21546	29757
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.</p> <p>Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;</li><li>2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;</li><li>3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;</li><li>4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;</li><li>5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.</li></ol>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

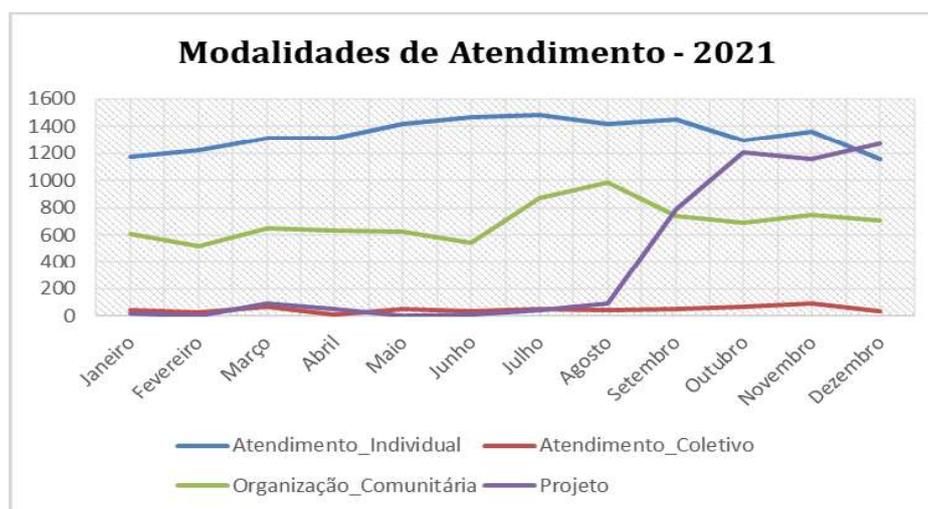
Nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) foi recorrente a queda global de desempenho quantitativo do PMC no último trimestre avaliatório do ano, ocasionada principalmente pela redução do ritmo de atividades ocorridas nos meses de dezembro. O número menor de agenda disponível para atendimentos e ações em rede - decorrente das festividades de final de ano -, o acentuado regime de chuvas - e a conseqüente dificuldade de acessar o Centro de Prevenção ou de realizar encontros coletivos - associados à desmobilização individual e comunitária para tratar de demandas complexas ao final do ano, eram fatores explicativos apresentados pelas equipes técnicas com o intuito dar sentido a esta tendência histórica de queda.

No ano de 2021, entretanto, assistimos a uma reversão expressiva dessa tendência. No último trimestre do ano, o PMC alcançou seus melhores resultados nos indicadores de atendimento e de número de pessoas atendidas. Entre outubro e dezembro de 2021, o programa realizou 9809 atendimentos, **22% a mais do que no trimestre anterior (2678) - 70% acima do resultado atingido no primeiro trimestre do ano** - acentuando a tendência de aumento observada desde o começo do ano, ultrapassando com folga as metas mensais. É a primeira vez no ano que a média mensal de atendimentos em um trimestre avaliatório ultrapassa a barreira dos 3 mil atendimentos (3270), ainda que tenha havido uma ligeira redução na produtividade da equipe em dezembro, face aos dois meses anteriores. Para fins comparativos, no último trimestre avaliatório de 2019 - antes, portanto, das restrições impostas pela

pandemia de COVID, quando o PMC contava com 33 equipes, cinco a mais do que as 28 atuais - a média mensal foi de 2889 atendimentos, 12% inferior ao número atual<sup>3</sup>.

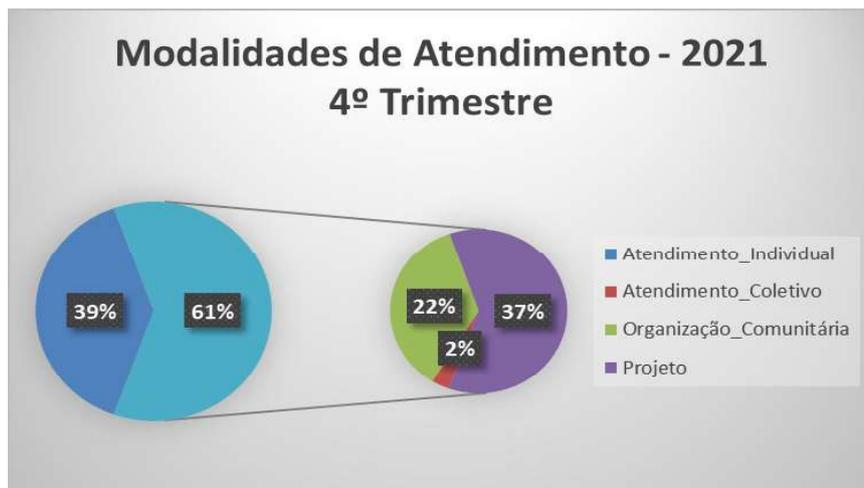


Este ótimo desempenho pode ser atribuído ao crescimento exponencial no número de atendimentos na modalidade coletiva “Projetos de Prevenção”, a ponto de ultrapassar, em dezembro, a quantidade de atendimentos individuais realizados pelo PMC. Trata-se de um registro nunca alcançado nos últimos 4 anos de execução do Programa, historicamente marcado pela prevalência da modalidade individual de atendimento.



Essa mudança na configuração de atendimentos do PMC reflete um esforço empreendido em anos recentes orientado ao aprimoramento da atuação comunitária das equipes. O reforço das linhas metodológicas de intervenção coletiva, a consolidação de categorias de atendimento voltadas ao trabalho de campo, além do investimento em formações técnicas transversais a temáticas de mediação comunitária, prevenção à violência e segurança cidadã, pavimentaram o caminho que nos trouxe aos resultados atuais. Neste trimestre, o percentual de atendimentos acumulados nas três modalidades coletivas (61%) superou o de atendimentos individuais (39%). Para tanto, os “Projetos de Prevenção” foram de fundamental importância (37%).

<sup>3</sup> Vide “Relatório Unificado da Supervisão - Setembro a Novembro de 2019 - 3º Período Avaliatório”



Não há dúvidas de que tais resultados decorrem da realização exitosa do *ComAgente*, registrado na categoria de atendimento “Projeto de Prevenção”. Após anos de maturação de uma metodologia orientada ao estímulo da participação comunitária na execução de uma política pública de segurança cidadã, o PMC deu início à implementação deste projeto-piloto. Embora o programa sempre tenha contado em sua atuação com a parceria voluntária de referências comunitárias, o *ComAgente* busca ampliar o protagonismo comunitário na execução desta política pública, por meio da realização de projetos de oficinas de prevenção às violências, conduzidas por moradoras do território.

O desenho metodológico do projeto *ComAgente* se inspirou em políticas públicas desenvolvidas em outros países da América Latina, a partir da década de 2000, como a *Comuna Segura* (Chile) e as *Juntas Vecinais de Segurança Cidadã* (Argentina), que visavam incentivar a execução de ações de prevenção às violências pela própria população, bem como fortalecer espaços comunitários deliberativos voltados ao tema da segurança pública (BLANCO & VARGAS, 2006; DAMMERT, 2005, PAZ CIUDADANA, 1998). Experiências como a do grupo *Mulheres da Paz* (Rio de Janeiro), coincidente com a longa trajetória de parceria do PMC com referências comunitárias femininas, também influenciaram o enfoque de gênero na execução do projeto (SORJ & GOMES, 2011).

O projeto tem como objetivo principal propiciar intervenções e ações que fortaleçam a prevenção e o enfrentamento às diversas violências junto a moradores da área de abrangência do PMC. Além disso, visa aprofundar a participação de atores comunitários, principalmente mulheres, na atuação do Programa, fortalecendo assim a mediação comunitária como estratégia de segurança cidadã. **A ideia é que os espaços das oficinas sejam destinados ao aprendizado de um ofício associado à realização de discussões relacionadas à violência, segurança pública, direitos humanos e cidadania, contribuindo para aprimoramento de estratégias comunitárias de prevenção e enfrentamento às violências.**

O público-alvo do projeto é composto preferencialmente por mulheres acima dos 18 anos, moradoras dos territórios de abrangência das UPCs. A duração do projeto-piloto proposta inicialmente é de 5 meses, com a perspectiva de posterior implantação e ampliação para outras unidades, com caráter mais duradouro. Para desenvolver as ações nas comunidades, essas mulheres deveriam se estabelecer enquanto Microempreendedor Individual (MEI), proponentes e executoras de um projeto próprio submetido a um edital permanente publicado pelo IELO. Além disso, deveriam ter preferencialmente alguma experiência em mobilização comunitária e manejo para a condução e fomento em grupos, visto que tão importante quanto o ensino de um ofício em si é a capacidade de vinculação com as moradoras e formação de uma rede comunitária. O objetivo, com a definição desse perfil é contribuir com a ampliação do protagonismo das mulheres na pauta da segurança pública cidadã e com a construção/consolidação de espaços de potencialização de novas referências locais, visando o aprimoramento de estratégias comunitárias de prevenção e enfrentamento às violências.

Entre setembro - mês em que teve início a execução das oficinas do *ComAgente* - e novembro, o PMC realizou 3145 atendimentos em “Projetos de Prevenção”, dos quais 2689 (85%) estão relacionados às oficinas do *ComAgente*. Esse valor corresponde a **28% do total de atendimentos realizados pelo PMC** no período dos três primeiros meses de execução do *piloto*.

É igualmente marcante a diferença de desempenho quantitativo entre as equipes do PMC que executam o *ComAgente* e aquelas que não contam com esse projeto em seus territórios. Entre outubro e dezembro de 2021, a média mensal de atendimento das seis equipes que realizam as oficinas é de 290. As demais equipes do PMC, compostas apenas por duas ou três analistas sociais, realizaram neste mesmo período, em média, 77 atendimentos

por mês. Em outras palavras, as oficinas contribuíram decisivamente para um aumento médio **de 315% no número de atendimentos** das equipes que contam com as agentes comunitárias.

Também é possível observar o impacto das oficinas do *ComAgente* no número de pessoas atendidas pelo PMC. Entre outubro e dezembro de 2021, o programa atingiu sua maior média mensal nesse indicador: 1434. Em relação ao trimestre anterior, houve um **aumento de 4%** no número de pessoas atendidas, a despeito do já mencionado declínio sazonal dos últimos meses do ano e do desempenho recorde no mês de setembro, quando o *piloto* começou a ser executado. Já em comparação com o primeiro trimestre do ano, houve um **aumento de 51%** no número de pessoas atendidas. A média de pessoas atendidas pelas equipes *ComAgente* no atual período avaliatório chegou a 82; as demais equipes do PMC atenderam aproximadamente 44. Quanto a esse indicador, a parceria entre equipe técnica e as MEIs que executam os projetos do *ComAgente* **amplia o alcance do PMC em quase 87%**.



Considerando as 6 equipes que executam o projeto-piloto, até novembro, o *ComAgente* realizou 917 atendimentos mensais, uma média mensal de 51 por oficinas; 359 pessoas já foram, ou estão sendo, atendidas, uma média de 20 por oficina. Caso o desempenho do projeto se sustente nesse ritmo ao longo de 12 meses, somente as oficinas realizariam mais de **11 mil atendimentos anuais**, acolhendo nesse período aproximadamente 4300 pessoas. Se projetarmos esse cenário para uma eventual - e desejável - expansão do *ComAgente* para as demais equipes do PMC<sup>4</sup>, as oficinas poderão realizar algo em torno de **60 mil atendimentos**, abarcando quase **24 mil pessoas**.

Em contrapartida, por não estar diretamente relacionado, o *ComAgente* parece ter pouco impacto frente ao indicador de "Ações em Rede". Embora o PMC não tenha encontrado dificuldade em atingir a meta estipulada para o período, o desempenho das equipes desceu ao menor patamar do ano. O mês de dezembro foi decisivo para essa queda quantitativa. Se, ao longo do ano, as equipes realizaram em média 888 ações em rede, no último mês atingiram somente 705. Essa redução pode estar associada à menor disponibilidade de agendas para articulações junto a rede formal e informal. Também é possível associar essa queda à incidência menor de atendimentos individuais, modalidade de atendimento que costuma exigir diversas conexões com a rede parceira, especialmente quando o caso envolve situações de violência. Note-se que dezembro foi o mês com o menor registro de atendimentos individuais de todo o ano: 1160. Se a rede atua em ritmo desacelerado nesse mês, reduzindo o número de encaminhamentos e de discussões de caso, o mesmo pode ser observado na desmobilização individual e comunitária para tratar de demandas complexas ao final do ano.

---

<sup>4</sup> Esse cálculo projetivo considera ao menos 3 profissionais que executariam os projetos do *ComAgente* em 33 equipes do PMC, isto é, levando em conta a possível (re)implantação de (novas) Unidades de Prevenção à Criminalidade.



Apesar dos inúmeros desafios relativos à inauguração de um projeto inovador, a perspectiva é de que o *ComAgente* seja efetivamente implantado em 2022, aumentando assim o impacto do PMC enquanto política pública de prevenção às violências, pautada nos princípios e técnicas da mediação comunitária. A supervisão metodológica do PMC participou ativamente do processo de construção, acompanhamento e avaliação do projeto-piloto *ComAgente*, e chega a este momento do percurso com muita satisfação de colaborar com este importante marco do Programa Mediação de Conflitos, que por meio deste projeto circunscreve a importância de uma atuação que legitime e fortaleça o protagonismo de referências comunitárias que, além de contribuir com ações de prevenção às violências nestes territórios, figuram de modo inquestionável como promotoras de uma segurança pública cidadã.

*Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos*

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizados cumulativamente 29.755 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até dezembro de 2021 era de 21.546, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC					
UPC	JAN A SET	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	755	61	67	77	<b>960</b>
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	473	52	60	29	<b>614</b>
JARDIM FELICIDADE	721	55	84	49	<b>909</b>
JARDIM LEBLON	842	76	30	25	<b>973</b>
MINAS CAIXA	0	0	0	0	<b>0</b>
MORRO DAS PEDRAS	617	58	53	54	<b>782</b>
PEDREIRA PRADO LOPES	668	103	96	85	<b>952</b>
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	<b>0</b>
RIBEIRO DE ABREU	676	63	104	57	<b>900</b>
SANTA LÚCIA	830	99	161	110	<b>1200</b>
SERRA	1075	200	243	195	<b>1713</b>
TAQUARIL	1275	621	501	562	<b>2959</b>
VILA PINHO	883	96	97	101	<b>1177</b>
CITROLÂNDIA	489	47	54	79	<b>669</b>
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	<b>0</b>
JARDIM TERESÓPOLIS	1047	221	221	276	<b>1765</b>
PTB	505	70	88	64	<b>727</b>
NOVA CONTAGEM	1148	106	138	109	<b>1501</b>
RESSACA	659	57	36	51	<b>803</b>
CARAPINA	751	66	69	121	<b>1007</b>
TURMALINA	1094	367	357	258	<b>2076</b>
BOM JARDIM	0	0	0	20	<b>20</b>
OLAVO COSTA	758	184	162	126	<b>1230</b>
CRISTO REI	0	0	0	0	<b>0</b>

SANTOS REIS	780	69	78	52	<b>979</b>
JUSTINÓPOLIS	445	63	45	40	<b>593</b>
ROSANEVES	0	0	0	0	<b>0</b>
VENEZA	706	69	111	145	<b>1031</b>
PALMITAL	699	207	266	258	<b>1430</b>
VIA COLÉGIO	562	75	73	65	<b>775</b>
JARDIM CANAÃ	123	40	31	69	<b>263</b>
MORUMBI	730	89	89	89	<b>997</b>
MORRO ALTO	635	46	41	28	<b>750</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19946</b>	<b>3260</b>	<b>3355</b>	<b>3194</b>	<b>29755</b>

Como se sabe, as metas dos indicadores apurados são para o Programa como um todo. Contudo, para fins de gestão e análise, o Programa Mediação adota a estratégia de examinar as metas estabelecidas internamente para cada UPC e não apenas o seu desempenho em termos absolutos.

Em relação ao indicador 1.1, é importante ressaltar o impacto da execução do *ComAgente*, que em termos de atendimentos elevou a expectativa da meta global estipulada para esse trimestre. Dessa forma, todas as equipes que desenvolvem o projeto atualmente, estiveram muito acima da porcentagem estipulada para a análise deste tópico, sendo assim, os aspectos voltados para o impacto do projeto, foram descritos na análise global deste relatório.

Nesse período avaliatório, apesar de a meta ser apurada de forma global, com o objetivo apresentar uma melhor qualificação dos resultados, será realizada uma análise discriminada por UPC. Nesse sentido, destacamos 4 equipes que apresentaram desempenho menor que 80% da meta: Cabana (76%), Jardim Leblon (58%), Morro das Pedras (75%) e Morro Alto (61%).

Nos últimos três meses, o PMC Cabana passou por uma recomposição da equipe, com a saída de uma analista social bem referenciada no território e com a mudança recente da gestão social. Em outubro e novembro, período de adaptação da nova analista, houve uma queda do desempenho quantitativo da equipe em relação aos meses anteriores, que pode ser atribuída pela reconfiguração da frente das ações de organização comunitárias capitaneadas pela analista anterior. Já em dezembro, apesar da menor disponibilidade de agenda neste mês, é possível notar um movimento de recuperação do bom ritmo de atendimento consolidado ao longo do ano. Neste mês a equipe atingiu 90% da meta, o que evidencia um processo gradativo de encaixe da nova analista. Em janeiro a equipe técnica será novamente modificada. É recomendável que acompanhem de perto essa transformação, de modo a minimizarmos o impacto da saída de outra analista com ótima entrada na comunidade.

O PMC Jardim Leblon atravessa um período ainda mais turbulento de recomposição da equipe. Houve a saída de uma das analistas e a outra esteve quase dois meses de atestado médico em decorrência de uma cirurgia. O analista substituto, com pouca experiência no programa, encontrou dificuldades em dar prosseguimento ao fluxo regular de atendimentos e ações em rede que a equipe vinha realizando ao longo do ano. Até outubro, a média mensal de atendimentos do PMC Jardim Leblon chegava a 92. Nos últimos dois meses, contando com apenas 1 novo analista social, essa média caiu para 28. Em janeiro, a outra analista social retorna ao trabalho, mas já entra em férias. Será necessário um acompanhamento metodológico próximo, que favoreça a sintonia da nova composição de equipe, de modo a contribuir à retomada do ótimo ritmo de trabalho empreendido em quase todo o ano.

A UPC do PMC Morro das Pedras, investindo ao longo do ano nas ações de organização comunitária, conseguiu minimizar os efeitos negativos da baixa acessibilidade do espaço do CPC para as comunidades atendidas. A média de atendimentos individuais realizados esteve sempre baixa (16 por mês), enquanto os atendimentos em organização comunitária atingiam mensalmente número bastante superior (43). As ações de organização comunitária se concentravam na participação em espaços de deliberação comunitária na Ventosa e nas parcerias de rede para o atendimento de mulheres em situação de violência. Na medida que tais espaços se esvaziaram - em virtude de processos multivariados de desmobilização individual ou comunitária - o quantitativo de atendimento da equipe decresceu. No entanto, há um investimento qualitativo promissor em atendimentos coletivos, especialmente de pessoas LGBTQIA+ e nas intervenções itinerantes em comunidades mais afastadas do CPC. A expectativa é de que tais estratégias possam alavancar uma recuperação quantitativa nos próximos meses.

A Unidade do Morro Alto teve uma queda significativa e gradativa nos atendimentos nos três últimos meses de 2021, realizando 61% da meta prevista para este indicador. Vale ressaltar que os meses com maior atendimento do ano, corresponderam ao período de execução de práticas de coletivas mais pontuais, que elevaram os números da equipe. No último trimestre, houve menos procura por atendimentos individuais, principalmente em dezembro, o que se justifica pelo período de final de ano, no qual geralmente as pessoas não acessam o programa, e também pelos feriados, que diminuem os dias úteis disponíveis para atendimento. A equipe neste período esteve empenhada em fazer circulações pelo território, com o objetivo de restabelecer parcerias com referências

comunitárias e divulgar o programa. Outro fator que impacta este indicador no momento é a pouca diversificação de práticas de atendimento, sendo que os atendimentos individuais são os que mais se destacam.

A exemplo do trimestre anterior, muitas equipes atingiram a meta estipulada para este indicador, com porcentagem acima de 20%, sendo assim, para fins de análise, consideramos aquelas que superaram em mais de 50% a meta estabelecida, PPL (165%) e Santa Lúcia (218%).

O PMC PPL vem tendo um desempenho quantitativo e qualitativo extraordinário nesse ano. No primeiro trimestre, a média mensal de atendimento foi de 30. No último trimestre do ano, essa média chegou a 95 atendimentos mensais, um aumento de 217%. Esse acréscimo expressivo decorre da rotina de atendimentos itinerantes realizados pela equipe. Contrariando a tendência inercial de aguardar o público no CPC, tem sido marcante a ênfase no trabalho de campo e a disposição em dialogar com moradores nos locais em que eles se situam, arranjo necessário em comunidades onde o convívio nas ruas é bastante intenso. Essa proximidade cotidiana tem gerado um volume significativo de atendimentos de casos com violência, cuja complexidade demanda a realização de várias intervenções reflexivas junto às pessoas atendidas. Esse fator também contribuiu para o alcance da equipe neste indicador.

A equipe do Santa Lúcia, assim como no último trimestre, excedeu de forma expressiva a meta prevista de atendimentos, realizando 118% a mais do que o estipulado para este indicador. Este aumento se deve, em grande parte, ao número expressivo de ações de organização comunitária que a equipe tem executado, sendo que no mês de novembro, por exemplo, foram 68 atendimentos somente nesta modalidade. A equipe tem se aproximado de referências comunitárias estratégicas, participado de um grupo de mulheres na comunidade e mobilizado com moradores e comerciantes possíveis casos coletivos que envolvem a relação destes com a polícia e segurança pública. Um ponto interessante do trabalho é que as práticas de atendimento têm dado origem a outras, o que impactam os números da equipe.

<b>Área Temática: Programa Mediação de Conflitos</b>	
<b>Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>1077</b>	<b>1434</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;</li> <li>2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;</li> <li>3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;</li> <li>4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;</li> <li>5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.</li> </ol>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

## Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram atendidas em média 1.434 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.077, alcançou-se 133% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC				
UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	36	45	62	47,7
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	26	42	15	27,7
JARDIM FELICIDADE	34	34	29	32,3
JARDIM LEBLON	30	22	22	24,7
MINAS CAIXA	0	0	0	0,0
MORRO DAS PEDRAS	38	29	30	32,3
PEDREIRA PRADO LOPES	54	52	57	54,3
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0,0
RIBEIRO DE ABREU	47	88	46	60,3
SANTA LÚCIA	39	71	51	53,7
SERRA	53	88	64	68,3
TAQUARIL	117	128	127	124,0
VILA PINHO	70	62	56	62,7
CITROLÂNDIA	34	44	61	46,3
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0,0
JARDIM TERESÓPOLIS	99	101	130	110,0
PTB	34	69	36	46,3
NOVA CONTAGEM	71	87	68	75,3
RESSACA	36	17	29	27,3
CARAPINA	41	21	112	58,0
TURMALINA	82	77	65	74,7
BOM JARDIM	0	0	20	6,7
OLAVO COSTA	54	47	31	44,0
CRISTO REI	0	0	0	0,0
SANTOS REIS	44	57	32	44,3
JUSTINÓPOLIS	60	39	23	40,7
ROSANEVES	0	0	0	0,0
VENEZA	51	73	119	81,0
PALMITAL	58	81	69	69,3
VIA COLÉGIO	33	47	49	43,0
JARDIM CANAÃ	16	13	22	17,0
MORUMBI	37	43	36	38,7
MORRO ALTO	31	25	14	23,3
<b>TOTAL</b>	<b>1325</b>	<b>1502</b>	<b>1475</b>	<b>1434,0</b>

Assim como descrito na análise do Indicador 1.1, é importante considerar os impactos da execução do ComAgente neste indicador, que desde o início dos projetos de oficina, tem colaborado para que o PMC alcance patamares superiores a meta global estabelecida para este indicador. Neste sentido, todas as equipes que executam o ComAgente estiveram acima da meta prevista, e isso pode ser observado através do tópico “análise global” de que trata este relatório. Serão destacadas a seguir, as equipes que apresentaram desempenho menor que 80% da meta: Jardim Canaã (77%), Jardim Leblon (61%) e Morro Alto (59%).

O PMC Jardim Canaã ainda encontra dificuldades em retomar a relação de confiança com referências comunitárias atendidas antes da suspensão de atividades, em 2020. Os espaços de atendimento em grupo, até então bastante frequentes, não foram reconfigurados em virtude do vínculo ainda incipiente com o público. Além do mais, a presença de apenas uma analista no CPC - a outra está no teletrabalho em virtude da gravidez - é um desafio adicional para a realização de ações comunitárias que visem ampliar a capilaridade do programa (atendimentos itinerantes, ações de mobilização social in loco, fortalecimento de parcerias em rede, aprimoramento de fluxos de encaminhamento etc.). Para o planejamento em 2022, será imperativo desenhar linhas estratégicas voltadas à ampliação da presença da equipe em espaços comunitários.

Ainda que ao longo de todo ano a **UPC do PMC Jardim Leblon** tenha apresentado dificuldade em ampliar o alcance do programa, os mesmos fatores que produziram uma queda expressiva no volume de atendimento também afetaram o número de pessoas atendidas: equipe modificada e desfalcada, pouca experiência do novo analista,

descontinuidade dos fluxos de atendimentos e de ações em rede pré-estabelecidos. Até outubro, a equipe atendia em média 35 pessoas por mês (abaixo da meta estipulada: 41; nos dois últimos meses, esse número caiu para 22. Com o retorno da analista social que se encontrava afastada por atestado médico, será possível definirmos formas de retomada das atividades do Jardim Leblon, bem como estratégias de diversificação das frentes de atendimento.

Do mesmo modo que no indicador 1.1, a **Unidade do Morro Alto** também não atingiu a meta prevista para o indicador “média mensal de pessoas atendidas” neste trimestre, atingindo 59% do previsto. Os motivos para a queda nesses números são semelhantes aos relacionados ao número de atendimentos, tendo como principais fatores impactantes: o período de fim de ano com menos acesso dos atendidos, os feriados e a pouca diversificação das práticas de atendimento. Importante ressaltar que a queda nesse indicador ocorreu de forma mais consistente nos dois últimos meses do ano, corroborando com o fato de que esses são meses de forma geral com menos presença do público na UPC.

Também utilizaremos o parâmetro de 50% acima da meta estipulada, para análise das equipes que se enquadram nesse critério: Carapina (154%), PPL (176%) , Ribeiro de Abreu (154%) e Veneza (165%).

No mês de dezembro, o **PMC Carapina** participou da organização e execução em rede de duas ações ensejadas pelos “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”. Uma delas ocorreu na Escola Estadual Carlos Luz, em parceria com parceiros da rede formal e informal. A equipe propôs reflexões sobre temas como “Consciência negra”, “Violência contra a mulher” e “Direitos humanos”. Os mesmos temas também foram dialogados com pessoas em situação de rua atendidas pela equipe. A rede institucional esteve representada pela “Abordagem de Rua” e pelo CREAS. Referências comunitárias atuantes na Pastoral de Rua também participaram. Trata-se de uma frente de atuação em que o PMC Carapina tem investido. Os resultados quantitativos e qualitativos começam a ser colhidos. Essas duas ações atenderam 107 pessoas, gerando um destacado resultado quantitativo para esse indicador.

Como já dito na análise do indicador 1.1, o PMC PPL tem se destacado pelo volume expressivo de atendimentos realizados fora do CPC. Essa presença regular na cena comunitária, combinada com fluxos de rede bem azeitados, tem posicionado a equipe como um dos serviços públicos de referência no atendimento de situações individuais e coletivas de conflito. Neste último trimestre, a equipe atendeu, em média, 55 pessoas por mês, 76% acima da meta estipulada (32).

Assim como no período anterior, a **equipe do PMC Ribeiro de Abreu** apresentou desempenho acima da meta estabelecida para este indicador (38 pessoas atendidas/mês), sendo o mês de novembro a maior média atingida pela equipe neste trimestre (88 pessoas atendidas). Esses resultados, são frutos do investimento da equipe na execução de projetos de prevenção e ações de organização comunitária. A possibilidade de interação com um público diversificado através destas intervenções impacta diretamente este indicador. A equipe tem amadurecido e consolidado uma experiência mais dinâmica na forma de acessar a comunidade, e isso tem sido refletido nos resultados que apresentam para esse indicador nos dois últimos períodos avaliatórios.

A **Unidade do PMC Veneza** apresentou um bom resultado para este indicador: 165% superior ao estabelecido. No último trimestre deste ano, a equipe experimentou um formato de trabalho com a composição de 5 analistas, o que vem possibilitando o direcionamento das atividades de forma mais estratégica, priorizando as interações com a comunidade de microterritórios antes inviabilizadas pelo fluxo de atendimentos e ações que demandam muito da equipe. Atualmente a equipe vem se organizando em atividades que favorecem o vínculo com pessoas que ainda não tinham estabelecido proximidade com o PMC. Isso impacta nos resultados obtidos neste indicador, pois a perspectiva de alcance e interação de forma mais ampliada da equipe com o território possibilita a diversificação do público atendido.

<b>Área Temática: Programa Mediação de Conflitos</b>	
<b>Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>8532</b>	<b>10473</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	

O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de dezembro de 2021 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas cumulativamente 10.473 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 8.532, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social					
UPC	JAN A SET	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	309	36	32	20	397
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	201	25	23	22	271
JARDIM FELICIDADE	279	19	48	11	357
JARDIM LEBLON	277	50	8	11	346
MINAS CAIXA	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	264	45	29	18	356
PEDREIRA PRADO LOPES	266	44	26	31	367
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	291	29	39	31	390
SANTA LÚCIA	213	22	24	20	279
SERRA	515	48	49	21	633
TAQUARIL	424	27	33	30	514
VILA PINHO	372	37	47	41	497
CITROLÂNDIA	338	22	45	46	451
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	349	27	36	45	457
PTB	192	43	29	28	292
NOVA CONTAGEM	337	40	50	36	463
RESSACA	229	20	12	18	279
CARAPINA	272	33	35	32	372
TURMALINA	396	42	106	36	580
BOM JARDIM	0	0	0	8	8
OLAVO COSTA	350	55	47	37	489
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	250	27	29	22	328
JUSTINÓPOLIS	288	17	19	16	340
ROSANEVES	0	0	0	0	0
VENEZA	338	36	42	36	452
PALMITAL	524	38	26	24	612
VIA COLÉGIO	211	31	20	13	275
JARDIM CANAÃ	69	15	12	16	112
MORUMBI	229	27	27	21	304
MORRO ALTO	194	19	24	15	252

TOTAL	7977	874	917	705	10473
-------	------	-----	-----	-----	-------

Em comparação com os demais indicadores, este especificamente, ainda não demonstra impactos consideráveis a partir do ComAgente, alguns fatores ainda estão sendo avaliados, para posterior análise.

Apenas 2 equipes apresentaram desempenho inferior a 80% e serão consideradas para análise: Jardim Leblon (72%) e Taquaril (71%).

Como já dito nas análises dos indicadores 1.1 e 1.2, o PMC Jardim Leblon tem passado por um processo de reconfiguração da equipe. Nos últimos dois meses, o novo analista - pouco familiarizado com a rede formal e informal - tocou o trabalho praticamente sozinho, em um período do ano em que as políticas públicas articuladas já reduzem seu ritmo de atuação. Sem contar com sua experiente colega de equipe, só foi possível construirmos fluxos imediatos de trabalho (atendimentos individuais urgentes, discussões de caso com a rede e manutenção dos registros quantitativos e qualitativos), de modo a evitar uma paralisação ainda mais rigorosa das atividades do PMC Jardim Leblon. Para os próximos meses, com o retorno da analista mais experiente, com bom trânsito na rede parceira, a tendência é de que a equipe volte a alcançar as metas para esse indicador, a exemplo do ocorrido ao longo do ano.

A partir de setembro a equipe do PMC Taquaril, investida na implantação do projeto ComAgente, enfrentou dificuldades em organizar de maneira eficiente as rotinas de trabalho. Envolvida entre as questões de ordem burocrática e o acompanhamento metodológico relativos à implantação das oficinas, a equipe deixou em segundo plano os atendimentos individuais e as ações em rede derivadas da eventual complexidade dos casos. Até agosto, a equipe realizava em aproximadamente 49 ações de rede por mês; desde a implantação do ComAgente, essa média caiu para 31, abaixo da meta (40). A estabilização dos fluxos administrativos entre IElo e equipe técnica acerca do ComAgente, seguida de uma definição metodológica de prioridades e de uma melhor planificação de atividades rotineiras (registros quantitativos e qualitativos, divisão interna do trabalho), é provável que a equipe consiga distribuir de maneira mais equânime seu empenho entre as várias frente de atuação no Taquaril, Granja de Freitas e Alto Vera Cruz.

Seguindo o critério utilizado de 50% acima da meta estipulada, apenas a UPC de Turmalina (170%) será considerada para análise.

O resultado positivo do PMC Turmalina se deve ao diálogo recorrente da equipe técnica com a rede parceira para discussão de casos complexos com a incidência de violência, especialmente em novembro. Somente neste mês a equipe realizou 90 discussões de caso, quantidade que alavancou o número de ações no atual trimestre avaliatório. O projeto ComAgente tem ampliado a capilaridade da equipe em bairros ainda pouco acessados pelo programa, caso do Planalto. Aos poucos as oficinas têm aberto caminhos para que pessoas em situação de violência conheçam e acessem o atendimento técnico das equipes. Com essas novas frentes de trabalho, a tendência é de manutenção de um volume constante e expressivo de ações em rede.

<b>Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>2581</b>	<b>1604</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício.</p> <p>As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.</p> <p>As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

O último trimestre de 2021 e quarto período avaliatório, também se apresentou como um período desafiador tal como nos três trimestres anteriores. Contudo, é possível verificar o avanço no que diz respeito ao indicador 2.3 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa, que superou a meta estabelecida de 15183 atendimentos. Foram efetuados 18979 atendimentos nesse indicador. Já os indicadores 2.1 e 2.2 estiveram aquém da meta pactuada no trimestre.

O cenário pandêmico permanece e os dados epidemiológicos precisam de constante acompanhamento, mas a melhora nos indicadores de saúde decorrente do avanço da vacinação, incidiu diretamente no quantitativo de atendimentos do Programa. Ainda que os indicadores 2.1 e 2.2 não tenham alcançado a meta, é possível destacar o aumento progressivo no número de oficinas e consequente aumento no atendimento do público.

A flexibilização dos decretos municipais e normativas estaduais viabilizaram a construção de novo plano de retomada em setembro, efetivado em outubro, contemplando as oficinas esportivas. Além da inclusão dessa modalidade de oficinas, o plano assegurou o aumento do número de participantes nas oficinas de cultura/artes de 12 para 20 jovens.

Ao final do trimestre, verificou-se aumento de 65 oficinas, no comparativo com o final do trimestre anterior, a saber: setembro com 132 oficinas e dezembro com 197. A partir desse avanço, entende-se como importante elencar alguns dos desafios enfrentados para a retomada das oficinas, uma vez que esses elementos interferem no processo de expansão e estabilização e no cumprimento direto ou indireto dos indicadores dos programas nos territórios. Seguem abaixo alguns deles:

Nesse último trimestre, apesar dos resultados positivos obtidos nos indicadores 2.1 e 2.2, quais sejam: número de encontros de oficinas executados e média mensal de jovens participantes em oficinas, estiveram presentes alguns desafios que consideramos pertinente elencar no presente relatório.

O primeiro deles refere-se às dificuldades de localização de espaços ainda disponíveis no território para a execução das oficinas. Considerando que o Fica Vivo! é um programa que utiliza espaços preexistentes no território para sua

execução, esse desafio é relevante no processo de expansão do programa nos territórios. Ainda que o cenário da pandemia venha melhorando, sobretudo com o avanço da vacinação, muitas medidas de restrição que visam prevenir a contaminação pelo coronavírus permanecem. Alguns locais, ainda que tenham aberto ao público para as suas atividades, têm restringido o acesso de parceiros, a fim de restringir o quantitativo de pessoas que circulam pelo espaço. Igrejas são alguns dos exemplos possíveis de se apresentar para esse caso. Já outras instituições ainda não retomaram as próprias atividades coletivas, e, portanto, não permitem que sejam realizadas atividades coletivas em seu espaço, um exemplo dessa situação seriam os CRAS. Também as escolas, uma parceria de bastante relevância para o programa tem tido um comportamento heterogêneo com relação a receber oficinas, algumas não aceitando implantações e outras aceitando com restrições. Assim, é necessário observar esse desafio no que diz respeito à ampliação das oficinas nos territórios onde o Fica Vivo! atua.

O segundo desafio reside no grande quantitativo de desligamentos, seja por vontade dos/as oficinairos/as do Programa, em grande parte, seja por avaliação das equipes, em menor escala. Tal situação tem levado a um terceiro desafio que é a necessidade de novos chamamentos públicos, e identificação de novas referências nos territórios para serem futuros/as oficinairos e oficinairas.

O terceiro desafio na execução das oficinas do programa refere-se à vacinação de adolescentes e jovens e ao uso de máscaras nos espaços das oficinas. Os dois desafios têm demandado muito das equipes, que tem se esforçado para divulgar a vacinação para o público atendido, público esse que usualmente acessa pouco os serviços de saúde pública. Também com relação ao uso de máscaras, especialmente no espaço da oficina, as equipes vêm trabalhando constantemente sobre as medidas não farmacológicas de prevenção à Covid, uma vez que para a participação nas oficinas, tais medidas são obrigatórias. Para além da obrigatoriedade, no entanto, o trabalho mais constante tem sido de sensibilizar os/as jovens para o cuidado com a própria saúde, entendendo também os cuidados de prevenção à Covid como aspectos de valorização da vida da juventude que o Programa atende.

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, 1.604 encontros de oficiais por mês, tendo a meta de 2.581 não atendida. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	47	60	63	56,7
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	61	65	60	62,0
JARDIM FELICIDADE	72	96	100	89,3
JARDIM LEBLON	53	65	85	67,7
MINAS CAIXA	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	50	69	88	69,0
PEDREIRA PRADO LOPES	63	75	81	73,0
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	62	71	85	72,7
SANTA LÚCIA	72	89	103	88,0
SERRA	65	62	64	63,7
TAQUARIL	110	138	153	133,7
VILA PINHO	53	77	86	72,0
CITROLÂNDIA	0	24	43	22,3
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	0	0	15	5,0
PTB	0	8	22	10,0
NOVA CONTAGEM	73	90	113	92,0
RESSACA	24	32	29	28,3
CARAPINA	46	50	50	48,7
TURMALINA	37	61	54	50,7
BOM JARDIM	-	0	0	0,0
OLAVO COSTA	46	57	57	53,3
CRISTO REI	-	-	-	-
SANTOS REIS	38	50	71	53,0
JUSTINÓPOLIS	33	64	72	56,3
ROSANEVES	-	-	-	-
ENEZA	65	72	88	75,0
PALMITAL	80	88	93	87,0
VIA COLÉGIO	57	67	71	65,0

JARDIM CANAÃ	17	27	27	23,7
MORUMBI	24	26	26	25,3
MORRO ALTO	59	60	63	60,7
TOTAL	<b>1307</b>	<b>1643</b>	<b>1862</b>	<b>1604,0</b>

Ainda que a meta não tenha sido atingida, é possível verificar o aumento progressivo do indicador com relação aos períodos avaliatórios anteriores, sendo o trimestre com o maior número de encontros de oficinas executados em 2021.

Diante deste cenário, é possível qualificar e contextualizar como tem se dado o processo de retomada das oficinas e o desempenho do programa em alguns territórios.

#### **Citrolândia, Jardim Teresópolis e PTB (Betim)**

As unidades Jardim Teresópolis, PTB e Citrolândia, localizadas no município de Betim, retomaram as oficinas no mês de novembro de 2021. O retorno neste mês deu-se em virtude de uma maior rigidez dos decretos municipais com relação às medidas de prevenção à Covid 19 a serem desenvolvidas pelos equipamentos públicos e particulares. Dessa forma, houve a necessidade de construção de um plano de retomada voltado a essas especificidades. Um exemplo é a exigência de termômetro infravermelho para a aferição de temperatura em cada oficina do programa (uma vez que constava dos decretos municipais a exigência de aferição de temperatura do público, seja em equipamentos públicos ou particulares).

Nesse contexto, as implantações de oficinas vêm ocorrendo paulatinamente, devido também a outros fatores, a saber:

- a) Nos três territórios supracitados, houve um alto número de oficinairos e oficinairas que não manifestaram desejo de retornar ao Programa, dessa maneira, formalizando ou em busca de formalizar de forma definitiva seus desligamentos. Além desses, houveram os desligamentos feitos por avaliação das equipes;
- b) Em decorrência desse primeiro fator, as equipes vêm se lançando em busca de novas propostas de projetos de oficinas, se engajando nas mais diversas formas de divulgação. Até o momento, o retorno tem sido tímido, mas a busca por novas propostas de oficinas continua. A construção de estratégias de divulgação tem sido elaborada de forma conjunta por equipes, supervisão e gestoras sociais responsáveis pelas unidades;
- c) Ocorreu também mudança significativa nas equipes, o que impacta nos vínculos estabelecidos no território. Atualmente, há apenas uma analista com maior experiência no programa, dentre as UPC's supracitadas. Tal situação demanda, portanto, uma maior energia e engajamento, pois o vínculo comunitário vem sendo construído num momento de diversos desafios para as equipes.

A supervisão metodológica e a gestão social vêm trabalhando junto às equipes a orientação prioritária para a busca de pessoas residentes no território. Dentre as formas de divulgação e busca de projetos, têm sido construídas, além do chamamento público mais formal: peças de divulgação criadas pelas equipes (em alguns casos em parceria com jovens) e validadas pela ASCOM do governo do Estado; divulgação boca a boca, através da circulação pela comunidade; divulgação através de redes sociais, como o whatsapp; e auxílio dos/das jovens já atendidos pelo programa, colaborando com essa divulgação. Espera-se que, através da diversificação das estratégias, possam chegar mais propostas de oficinas para as equipes de Betim.

Sobre o quantitativo de oficinas implantadas até o momento, Citrolândia é a unidade que conseguiu implantar mais oficinas, com cinco oficinas em atividade. PTB e Jardim Teresópolis contam com duas oficinas em cada unidade.

#### **Bom Jardim/Esperança (Ipatinga)**

A partir do mês de agosto de 2021 as equipes Fica Vivo! e PMC Bom Jardim/Esperança iniciaram suas atividades no território. Como ponto de partida, as equipes fizeram um diagnóstico da área de abrangência, por meio de entrevistas dos mais diversos atores/atrizes da rede sociocomunitária e equipamentos públicos do território.

Paralelamente a isso, a gestão social, juntamente à Supec, vem buscando imóvel para o estabelecimento das atividades da Unidade de Prevenção Bom Jardim/Esperança. Entretanto, tem sido difícil a localização de imóvel que atenda às especificações necessárias.

O diagnóstico foi finalizado em novembro, e a supervisão vem trabalhando com a equipe elementos da metodologia do Programa, ao mesmo tempo em que contribui na orientação metodológica de atividades para a equipe enquanto não ocorre a implantação de oficinas.

Atualmente, a equipe tem buscado participar dos mais variados espaços da rede para a divulgação dos programas, bem como para aumentar o vínculo com a comunidade. Outra função da participação nesses espaços da rede formal

e sociocomunitária é a possibilidade de identificar eventuais referências que possam vir a ser oficinairos/as do Programa. A equipe tem ainda como planejamento futuro participar de atividades que envolvam a juventude do território, como rodas de conversa em locais que os/as jovens já frequentam, por exemplo a associação comunitária do bairro Bom Jardim.

#### **Cabana (Belo Horizonte)**

No Fica Vivo! Cabana houve aumento no quantitativo de oficinas no trimestre out-nov-dez, sendo 2 oficinas a mais que no trimestre anterior, ou seja, 7 oficinas no total. O número de oficinas permaneceu estável ao longo do trimestre, mas a média de jovens participantes (indicador 2.2) e o número acumulado de atendimentos (indicador 2.3) apresentaram aumento em cada mês, a saber:

	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Nº DE OFICINAS	7	7	7
INDICADOR 2.2	68	95	105
INDICADOR 2.3	78	101	159

O aumento está relacionado às três oficinas esportivas (1 mudança de modalidade e 2 novas retomadas) que juntas, apresentam maior quantitativo de jovens participantes. Vale mencionar, que a prática do futebol/futsal é fortemente representativa no território, sendo realizados vários campeonatos locais ao longo dos anos. Como exemplo da adesão dos jovens às oficinas de esportes, podemos considerar que em dezembro as 3 oficinas de futebol/futsal somaram 62 jovens atendidos em oficinas e as 4 oficinas de cultura/arte 43 jovens.

Apesar da maior vinculação dos jovens às oficinas esportivas, o Fica Vivo! no Cabana também investe em outras modalidades de oficinas como forma de fortalecer as diversidades de expressões juvenis nos territórios, acessando pluralidades. O Programa neste território encontra-se num momento de fomentar o recebimento de novos projetos de oficinas.

#### **Carapina (Governador Valadares)**

O Fica Vivo! Carapina, no quarto período avaliatório, apresenta desempenho similar nos indicadores 2.1 e 2.2, uma vez que o número de oficinas se manteve inalterado. Entretanto, destaca-se positivamente o crescimento do número de atendimentos acumulados (indicador 2.3), impulsionado pelo número de projetos locais desenvolvidos pela equipe no território, mobilizando 106 jovens em cinco projetos ao longo do trimestre.

Os projetos foram executados com os devidos cuidados sanitários para preservar a saúde dos participantes, e também utilizados como momento para sensibilizar e reforçar a necessidade de seguir os protocolos municipais relacionados à pandemia.

No mês de dezembro 76 jovens participaram de dois projetos, um com o objetivo de estreitar os vínculos entre o programa e o território, através de um torneio esportivo organizado com oficinairo, jovens e moradores, e outro em parceria com outros atores da rede destinado a discutir temáticas como consciência negra, não violência contra a mulher e direitos humanos.

#### **Morro das Pedras (Belo Horizonte)**

No mês de outubro o Fica Vivo! no Morro das Pedras apresentou diminuição nos indicadores 2.1 e 2.2 devido suspensão de 1 oficina. No entanto, nos meses seguintes, o desempenho nos indicadores conseguiu superar quantitativos anteriores. Em novembro, 4 oficinas foram retomadas e em dezembro mais 1 oficina, chegando ao total de 11.

Ademais, no mês de dezembro, o Programa realizou um Projeto Local direcionado ao público feminino em parceria com ONG's que atuam no território. O Projeto ofertou espaço de discussão sobre a pobreza menstrual no Brasil e a necessidade de garantir a dignidade menstrual de adolescentes e jovens. 27 adolescentes e jovens participaram do encontro, o que reverberou no aumento do número acumulado de atendimentos nesse território.

#### **Morumbi (Uberlândia)**

Os indicadores 2.1, 2.2 e 2.3 do Fica Vivo! Morumbi apresentaram aumento no comparativo com o trimestre anterior, uma vez que as melhoras nos indicadores de saúde e a flexibilização dos Decretos Municipais em Uberlândia possibilitaram ao Programa ampliar seus atendimentos.

Em outubro houve a retomada de 1 oficina (futebol feminino) que estava suspensa e 2 novas implantações (Slam e Automaquiagem). Novembro foi o mês com maior quantitativo de atendimentos em decorrência do acréscimo de mais 1 oficina implantada (Grafitti), totalizando 4 oficinas e 73 atendimentos.

Apesar da diferença no número de oficinas e no acumulado de atendimentos entre novembro e dezembro, o número de encontros de oficinas (indicador 2.1) permaneceu o mesmo (26 encontros), sendo que esse cenário está relacionado ao fato de a oficina de Graffiti ter iniciado suas atividades em 25/11, somando 2 encontros, e a oficina de Automaquiagem contou apenas com 5 encontros em novembro. Em dezembro, por sua vez, a oficina de Graffiti realizou o número de encontros esperados para o mês (9 encontros) e a oficina de Automaquiagem foi suspensa. Assim, os contextos dessas duas oficinas, influenciaram significativamente no indicador 2.1.

#### **Nova Contagem (Contagem)**

O Fica Vivo! em Nova Contagem apresentou aumento em todos os indicadores no último trimestre de 2021. No comparativo com o trimestre jul-ago-set, em que houveram 8 oficinas, o trimestre out-nov-dez teve um aumento de 5, totalizando 13 oficinas. Ademais, se compararmos o número acumulado de atendimentos no último mês de cada trimestre, verificaremos um aumento correspondente a 96 atendimentos, pois setembro com 88 atendimentos e dezembro com 184. Esse cenário de propulsão está relacionado à viabilidade do retorno das oficinas esportivas, ocorrida a partir de outubro.

#### **Ressaca (Ribeirão das Neves)**

No Fica Vivo! Ressaca, o aumento no número de participantes nas oficinas (demarcado pelo indicador 2.2) pode estar relacionado à flexibilização dos protocolos de saúde que permitem ampliar participação em espaços coletivos. Em consequência e na mesma proporção, houve aumento no número acumulado de atendimentos (indicador 2.3).

No que se refere ao número de oficinas implantadas, não houveram novas implantações, permanecendo ao longo de todo o trimestre com quantitativo de 03 oficinas, o mesmo do trimestre anterior. Alguns fatores contribuíram para a permanência desse contexto, a saber: a estrutura de equipe no Fica Vivo! Ressaca é formada por um analista presencial e uma analista em trabalho virtual devido estar em período gestacional; desligamentos de oficinas que estavam suspensas, necessitando de abertura de chamamento público para que novas propostas sejam avaliadas; dificuldade em conseguir espaços para realização de oficinas.

Diante disso, as tentativas que vêm sendo formuladas implicam fortalecimento do Programa com as redes formais e informais para novas entradas e parcerias, bem como reestabelecer parcerias rompidas pela pandemia. A visibilidade do Programa nas redes territoriais é imprescindível para impulsionar que novos projetos de oficinas sejam apresentados por novos proponentes e assim, mudar o cenário.

Vale mencionar que as oficinas estão sendo discussão sistemática e prioritária em supervisão. A partir do próximo trimestre, a equipe se apresentará com 2 analistas em trabalho presencial, sendo necessário nova organização do trabalho para maior alcance de intervenções com as juventudes.

#### **Ribeiro de Abreu (Belo Horizonte)**

Atualmente, o FV! Ribeiro de Abreu conta com 10 (dez) oficinas. O número dos indicadores vem aumentando ao longo dos meses, como é possível verificar no seguinte quadro:

INDICADORES	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
INDICADOR 2.1	40	64	50	62	71	85
INDICADOR 2.2	45	68	82	119	131	144
INDICADOR 2.3	50	73	82	123	136	147

No mês de julho haviam cinco oficinas implantadas. Nos meses de agosto e setembro, acrescentaram-se duas, totalizando sete oficinas. Em outubro e novembro acrescentou-se uma oficina (oito), e em dezembro mais duas, totalizando dez oficinas.

Tal como outros territórios, a equipe vem buscando novos projetos de oficina, a fim de retomar a anterior capilaridade no território. Contudo, vem enfrentando a mesma dificuldade de outras equipes, com pouco retorno de propostas diante da divulgação inicial de demanda. A supervisão tem construído com a equipe a necessidade de ampliar os formatos de divulgação da demanda por novos projetos de oficina, além de buscar de maneira prioritária por pessoas do território. Além disso, tem sido apontada para a equipe a necessidade de avaliação de algumas oficinas em específico, que tem tido um número de jovens mais baixo, apesar do quadro geral de oficinas ser considerado satisfatório.

#### **Serra (Belo Horizonte)**

No Fica Vivo! Serra ocorre a diminuição do número acumulado de atendimentos (indicador 2.3) no quarto trimestre quando comparado ao trimestre anterior. Um dos fatores que contribuíram para a redução é o desligamento da oficina Treinamento Funcional no mês de outubro, e a impossibilidade, até o momento, de reposição da oficina,

uma vez que os projetos de oficina apresentados à equipe até o momento não são adequados à metodologia do programa.

Ocorreram também mudanças na equipe de analistas, o que ocasionou lentidão no processo de recebimento de projetos, avaliação destes e diálogo com seus proponentes.

Equipe e supervisão metodológica estão construindo, em conjunto, alternativas tanto para agilizar o processo de implantação de oficinas quanto elaboração de outras formas de atendimento, como projetos locais e de circulação, com o objetivo de progredir no indicador citado e intensificar a divulgação do chamamento público de projetos de oficinas.

<b>Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>3227</b>	<b>2755</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.</p> <p>Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram atendidos em média 2.755 jovens nas oficinas em execução até setembro de 2021, sendo a meta de 3.227 jovens não cumprida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	68	95	105	89,3
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	86	113	115	104,7
JARDIM FELICIDADE	80	117	129	108,7
JARDIM LEBLON	101	100	133	111,3
MINAS CAIXA	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	98	172	170	146,7
PEDREIRA PRADO LOPES	121	139	132	130,7
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	119	131	144	131,3
SANTA LÚCIA	96	114	127	112,3
SERRA	76	69	63	69,3
TAQUARIL	190	211	220	207,0
VILA PINHO	62	97	100	86,3
CITROLÂNDIA	0	71	131	67,3

JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	0	0	25	8,3
PTB	0	17	37	18,0
NOVA CONTAGEM	126	126	178	143,3
RESSACA	28	38	47	37,7
CARAPINA	58	64	66	62,7
TURMALINA	65	130	143	112,7
BOM JARDIM	-	0	0	0,0
OLAVO COSTA	68	80	66	71,3
CRISTO REI	-	-	-	-
SANTOS REIS	71	102	113	95,3
JUSTINÓPOLIS	80	180	199	153,0
ROSANEVES	-	-	-	-
VENEZA	105	131	140	125,3
PALMITAL	206	205	204	205,0
VIA COLÉGIO	119	138	145	134,0
JARDIM CANAÃ	58	78	76	70,7
MORUMBI	41	69	49	53,0
MORRO ALTO	77	112	111	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>2199</b>	<b>2899</b>	<b>3168</b>	<b>2755,3</b>

Assim como apontado no indicador 2.1, verifica-se o aumento gradual no número da média mensal, mesmo estando aquém da meta pactuada. Importante também destacar, ao averiguar o comportamento dos atendimentos ao longo do ano, os períodos de abertura e fechamento das atividades de oficinas em função do agravamento da pandemia. Tais fluxos afetaram de maneira determinante os atendimentos, sendo que o segundo período avaliatório (trimestre abril a junho) foi o período mais crítico, com uma queda significativa nos atendimentos. Após isso, tanto o indicador 2.1 como 2.2 passaram a aumentar mês a mês, ainda que abaixo da meta.

Para maior compreensão do processo de retomada das oficinas e as circunstâncias nas quais os atendimentos foram ofertados dos territórios durante o 12º PA, ver Indicador 2.1.

<b>Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>15183</b>	<b>18979</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <p>1) <i>Atendimentos individuais</i>: são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC.</p> <p>Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>2) <i>Atendimentos Coletivos</i>:</p> <p>a) <i>Projetos de Oficinas</i>: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.</p> <p>b) <i>Projetos Locais</i>: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.</p> <p>c) <i>Projetos de Circulação</i>: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.</p> <p>d) <i>Projetos Institucionais</i>: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório.</p> <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi 18.979, sendo a meta de 15.183 cumprida.

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

<b>Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>					
<b>UPC</b>	<b>JAN A SET</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	<b>DEZEMBRO</b>	<b>TOTAL</b>
CABANA	272	78	101	159	610
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	573	88	122	122	905
JARDIM FELICIDADE	358	98	136	145	737

JARDIM LEBLON	364	125	114	152	755
MINAS CAIXA	0	-	-	-	0
MORRO DAS PEDRAS	417	98	174	199	888
PEDREIRA PRADO LOPES	430	125	143	138	836
PRIMEIRO DE MAIO	0	-	-	-	0
RIBEIRO DE ABREU	335	123	136	147	741
SANTA LÚCIA	352	101	130	177	760
SERRA	315	81	74	67	537
TAQUARIL	603	179	264	243	1289
VILA PINHO	538	148	121	126	933
CITROLÂNDIA	246	0	72	136	454
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	-	-	-	0
JARDIM TERESÓPOLIS	99	1	2	26	128
PTB	193	0	17	37	247
NOVA CONTAGEM	304	129	132	184	749
RESSACA	292	45	54	67	458
CARAPINA	512	90	96	160	858
TURMALINA	448	78	221	200	947
BOM JARDIM	0	-	0	0	0
OLAVO COSTA	333	73	86	73	565
CRISTO REI	0	-	-	-	0
SANTOS REIS	392	92	110	117	711
JUSTINÓPOLIS	296	82	186	202	766
ROSANEVES	0	-	-	-	0
VENEZA	286	110	141	145	682
PALMITAL	594	215	210	212	1231
VIA COLÉGIO	576	124	146	147	993
JARDIM CANAÃ	128	92	118	101	439
MORUMBI	87	46	73	54	260
MORRO ALTO	182	80	114	124	500
TOTAL	<b>9525</b>	<b>2501</b>	<b>3293</b>	<b>3660</b>	<b>18979</b>

Como destacado anteriormente, esse indicador, diferentemente dos dois citados anteriormente, obteve êxito no alcance da meta. Foram executados 18979 atendimentos, e a meta correspondia ao número de 15183 no que se refere ao número acumulado de atendimentos. Dentre os fatores que podem vir a ser explicativos para esse número estão: a execução de alguns projetos locais, de circulação e atendimentos individuais, que vem sendo expandidos, além da ampliação de implantações de oficinas. O retorno das oficinas de esporte e a possibilidade de atendimento de mais jovens por oficina também pode ter contribuído para o alcance da meta no atual período avaliatório. Dessa maneira, ainda que com as oscilações ao longo do ano, é possível considerar que esse indicador foi o menos prejudicado no período avaliado.

Para melhor contextualização sobre a situação de alguns territórios, ver discussão estabelecida no indicador 2.1.

<b>Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>324</b>	<b>402</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica:</p> <p>1) reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com os gestores sociais de Base Local e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta</p>	

entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra.

2) reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a gestão social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE.

3) reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação dos gestores sociais de Base Local, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPCs, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.

Este indicador será calculado pelo somatório das ações de intervenções estratégicas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizadas cumulativamente 402 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 324, foi realizado 124% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC														
UPC	JAN A SET				OUTUBRO			NOVEMBRO			DEZEMBRO			TOTAL
	GEPAR/GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	14	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	18
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	9	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	12
JARDIM FELICIDADE	7	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	11
JARDIM LEBLON	9	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	13
MINAS CAIXA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	23	2	0	0	2	2	0	2	2	0	2	0	0	31
PEDREIRA PRADO LOPES	12	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	16
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	9	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	12
SANTA LÚCIA	8	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	12
SERRA	8	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	11
TAQUARIL	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
VILA PINHO	10	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	13
CITROLÂNDIA	10	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	10	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	15
PTB	11	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	14
NOVA CONTAGEM	8	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	11
RESSACA	7	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	9
CARAPINA	12	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	17
TURMALINA	11	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	16
BOM JARDIM	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	3
OLAVO COSTA	13	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	18
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	9	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	12
JUSTINÓPOLIS	11	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	15
ROSANEVES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VENEZA	12	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	16

PALMITAL	11	1	0	0	1	0	0	1	0	0	14
VIA COLÉGIO	15	1	0	0	2	0	0	1	0	0	19
JARDIM CANAÃ	6	1	1	1	1	0	0	1	1	1	13
MORUMBI	12	1	1	1	1	0	0	0	1	1	18
MORRO ALTO	14	1	1	1	1	0	1	2	1	0	22
<b>TOTAL</b>	<b>288</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>402</b>

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local.

A partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021. Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Conforme indicado, das 324 reuniões necessárias entre as 27 Unidades de Prevenção e o GEPAR e GIEs (preparatórias e ordinárias) foram realizados 402 (124%) encontros **no período de julho a setembro de 2021**. Enquanto ponto de observação destaca-se a continuidade do cenário positivo apresentado no período avaliatório anterior, com a manutenção de um número considerável de reuniões realizadas. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões com o objetivo de favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social.

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta nº 160, de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta, visando maior eficácia nas ações desenvolvidas para a melhoria da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção. Nesses espaços de articulação entre o Gepar e a UPC devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e a dinâmica da criminalidade com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança. Garantindo, assim, mais qualidade de vida à população e favorecendo a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No período de Outubro a Dezembro de 2021 foram realizadas 66 (79%) reuniões entre as 27 Unidades de Prevenção de base local com o GEPAR, sendo que eram previstas no total 84 reuniões. Tivemos a continuidade do cenário positivo apresentado no período avaliatório anterior, com a manutenção de mais de 70% de reuniões realizadas. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões.

Ao analisar os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, verifica-se que principal justificativa é a "ausência do comandante do GEPAR: troca de comando/férias/licença médica", que corresponde a 50%, seguida de 40% de justificativas relacionadas à "indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução" e, por último, 10% de justificativas relacionadas à "ausência da Gestão Social: férias, licença médica". Pontua-se que, neste trimestre, não ocorreu nenhuma situação relacionada à dificuldade de coletar a assinatura dos participantes da reunião. Importante destacar que 50% das justificativas dizem de uma situação que foge ao controle da gestão social, pois na grande maioria das situações, o comandante do GEPAR não deixa um substituto com o qual a gestão possa articular a realização do encontro.

As Reuniões Preparatórias tendem a ocorrer nos dias que antecedem as agendas das reuniões do GIE. Importante destacar que muitos dos encontros do GIE são bimestrais, logo, nem todos os territórios realizarão discussões prévias mensalmente. No período que compreende o 12ª PA, ocorreram 17 Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica, sendo, conforme gráfico acima apresentado: 10 delas em outubro, 02 em novembro e 06 em dezembro. Trata-se da totalidade do contingente esperado para essa ação do indicador.

O Grupo de Intervenções Estratégicas - GIE, por sua vez, é um espaço formal de reuniões conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles:

representantes das delegacias de homicídios, tenente do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no Eixo “gestão estratégica” do Programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal “a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa”. Ao longo do 12º PA ocorreram 30 reuniões do GIE, sendo distribuídas da seguinte forma: 09 reuniões do GIE em outubro; 10 reuniões do GIE em novembro e em dezembro tivemos 11 reuniões. E, ainda nesse último mês do trimestre, aconteceram 02 (dois) encontros de finalização das atividades para análise e reflexão sobre o ano de 2021.

Percebe-se, por fim, que ainda é necessário avançar no que tange às reuniões realizadas com o GEPAR, tal como demonstrado no momento anterior deste relatório. Porém, no que se refere às duas outras ações que compõem esse indicador (reuniões preparatórias e participação da gestão social no GIE), vislumbra-se avanços da participação da gestão social, com falas mais qualificadas e assertivas. Acreditamos que, em grande parte, isso se deve ao investimento da política de prevenção nesse sentido, especialmente com o implemento das reuniões preparatórias.

<b>Área Temática: Programa Se Liga</b>	
<b>Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>575</b>	<b>512</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo o programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:</p> <p><i>1) Modalidades no pré-desligamento:</i></p> <p>a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.</p> <p>b) Oficinas Introdutórias: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga.</p> <p>c) Oficinas Temáticas Internas: oficinas com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pós-desligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga.</p> <p>d) Oficinas Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade.</p> <p>e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.</p> <p>f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo.</p> <p><i>2. Pós-desligamento</i></p> <p>a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizados cumulativamente 512 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 575, atingiu-se 89% do estabelecido.

Em comparação com os números dos períodos avaliatórios anteriores observa-se um aumento gradual no número acumulado de atendimentos. Acredita-se que este aumento está diretamente vinculado ao avanço na vacinação no estado e à flexibilização das atividades presenciais. Contudo, tal melhora contextual ainda não possibilitou que a meta do trimestre fosse alcançada.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

**Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga**

<b>Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão</b>	
<i>Tipos de atendimentos</i>	<i>Nº</i>
Atividade de Apresentação	23
Atendimento Individual	95
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	0
Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	0
Atividade Cultural	0
Atividade com Familiares	1
Total	119
<b>Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga</b>	
Atendimento Individual	387
Atendimento em Oficina	6
Total	393
<b>Total Geral</b>	<b>512</b>

<b>Área Temática: Programa Se Liga</b>	
<b>Indicador nº 3.2. Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>30%</b>	<b>1,0%</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa Se Liga acompanha os adolescentes que concluíram a medida de semiliberdade ou internação, constituindo-se como oferta de um dispositivo na cidade no qual o adolescente se vincula por adesão voluntária. É um espaço que tem por premissa acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação deste com suas escolhas e sua rede de proteção. Neste sentido, opera-se de modo a corroborar com a construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade de semiliberdade e internação, assim como novas escolhas do adolescente que surgem diante do desligamento da medida. Para tanto, os analistas precisam construir uma vinculação do adolescente ao Programa, justamente porque as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Desta forma, este indicador visa avaliar a adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga. Para fins deste indicador, o percentual de adesão será calculado pelo número de adolescentes que foram atendidos em qualquer das modalidades do pré-desligamento sobre o número de adolescentes incluídos em qualquer das modalidades do pós-desligamento.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório (outubro a dezembro) o Programa incluiu 2 adolescentes para acompanhamento nas modalidades do pós-desligamento. Isso representa 1% do total de 199 jovens acompanhados nas modalidades do pré-desligamento em todo o ano de 2021, perfazendo um percentual muito abaixo da meta estabelecida de 30% de adesão de egressos do sistema socioeducativo ao Programa Se Liga.

**Quadro 1 - Adesão dos egressos das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade atendidos pelo Programa Se Liga**

<b>Modalidades</b>	<b>9º PA</b>	<b>10º PA</b>	<b>11º PA</b>	<b>12º PA</b>
--------------------	--------------	---------------	---------------	---------------

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Adolescentes e jovens atendidos nas modalidades de atendimento no pós-desligamento	2	1	1	0	2	0	2	4	2	0	1	1
	4			2			8			2		
Adolescentes e jovens egressos atendidos no pré-desligamento	22	6	7	2	7	8	11	4	4	9	8	5
	155			168			185			199		
<b>Percentual de Adesão</b>	2,6%			1,2%			4,3%			1,0%		

Ainda sobre a adesão, ressalta-se que as alterações oriundas do contexto de pandemia que vivenciamos, acarretou em diversas limitações no campo de execução do trabalho e impossibilitou a efetivação de atividades presenciais dentro das unidades SE, fragilizando assim a vinculação dos egressos ao Se Liga após o cumprimento da Medida SE. Outro fator que podemos elencar se refere à parceria com as unidades SE. As unidades pouco demandaram a participação do Se Liga nos processos de finalização de cumprimento de medidas, o que não favoreceu a construção conjunta de desligamentos, contribuindo assim para baixa adesão de egressos ao Programa pós-desligamento da Medida.

Importante destacar que a recalibragem dessa meta não é suficiente para harmonizar a expectativa de execução com a realidade de atuação do Programa. Conforme exposto, a dificuldade de acessar e atender os jovens dentro das Unidades Socioeducativas num contexto pandêmico prejudica sobremaneira a capacidade do Se Liga promover maior vínculo e adesão dos jovens, bem como melhor fluxo do Programa com as unidades. Em função disso, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

<b>Área Temática: Programa Se Liga</b>	
<b>Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>480</b>	<b>881</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada à estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.</p> <p>O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.</p> <p>Para fins deste indicador, deverão ser considerados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes.</li> <li>2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade.</li> </ol> <p>Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizadas cumulativamente 881 ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 480, o programa superou em muito o estabelecido.

Sobre esse resultado cabe registrar que os acionamentos têm ocorrido, em sua grande maioria, pela equipe do Programa, uma vez que é importante conhecer a trajetória e acessar os adolescentes e jovens egressos das medidas de internação e semiliberdade. Contudo, apesar de a evolução estar acima do previsto, as ações estratégicas com a as Unidades SE devem ser lidas com cautela tendo em vista o percentual de adesão dos egressos.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	737
Estudo de caso	144
<b>Total</b>	<b>881</b>

<b>Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais</b>	
<b>Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>49126</b>	<b>40315</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;</li> <li>2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;</li> <li>3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;</li> <li>4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.</li> <li>5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.</li> </ol>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Para fins de contextualização do desempenho do Programa CEAPA no 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, antes de tecer análises diretas sobre os indicadores, faz-se necessário registrar as circunstâncias que afetaram as atividades no decorrer do referido trimestre e impactaram nas metas estabelecidas.

De início, é fundamental realçar que a estabilidade do cenário de saúde pública reverberou de forma positiva nas atividades das Centrais. A adoção de medidas preventivas e de combate a proliferação da COVID-19 em larga escala, permitiu maior disponibilidade e funcionamento dos serviços públicos que tem atuação correlata às Alternativas Penais. Com isso, a circulação do público atendido se tornou mais segura e, assim, as atividades mantiveram vigor e continuidade no decorrer de todo o período em análise.

Além disso, as conjunturas favoreceram o funcionamento do Poder Judiciário. Mesmo levando em consideração o recesso forense – iniciado em dezembro e que costumeiramente impacta nos indicadores da CEAPA – pode-se afirmar que os órgãos do Sistema de Justiça tornaram-se mais acessíveis, audiências foram realizadas com constância e procedimentos judiciais foram executados em maior volume.

Neste cenário, as ações in loco foram ainda mais frequentes<sup>5</sup> quando comparadas a outros ciclos avaliatórios. Respeitando os protocolos sanitários, atendimentos individuais e coletivos foram realizados de forma presencial nas Unidades de Prevenção e em espaços cedidos; intervenções de acompanhamento da rede parceira foram executadas por meio de visitas e reuniões; e espaços de construção e alinhamentos foram promovidos.

Com isso, foi possível avançar de forma considerável na (re)inserção do público no cumprimento das Alternativas Penais – principalmente Prestação de Serviços à Comunidade – e o trabalho foi favorecido pela inscrição de novas pessoas no Programa e pela abertura da rede para as possibilidades de cumprimento.

Ainda que posta assim a questão, é importante ressaltar que apesar do considerável avanço, as restrições provocadas pela pandemia do Coronavírus ainda afetam a execução dos trabalhos de todos os atores envolvidos

<sup>5</sup> A equipe do município de Divinópolis/MG encontra-se em teletrabalho desde agosto de 2021, devido à obra na Unidade de Prevenção à Criminalidade, executando atividades presenciais a partir da necessidade. Já a equipe do município de Belo Horizonte encontra-se em revezamento do modo de trabalho (presencial e teletrabalho) para garantir a compatibilidade do trabalho executado ao cumprimento da exigência de distanciamentos físico – já que a estrutura da Unidade não comporta todos os trabalhadores reunidos.

na pauta das Alternativas Penais: audiências e intimações judiciais são realizadas em menor número e por meios não presenciais; procedimentos relacionados à finalização dos processos estão pendentes na rotina forense; a equipe ainda realiza, para fins de Indicador, ações com a rede e atendimentos do público por meio de videoconferências (já não mais adotado como meio preferencial) e; persistem restrições de circulação nas entidades parceiras.

Diante da proximidade latente aos parâmetros costumeiros, a ponderação se torna de extrema relevância, já que ainda é possível perceber impactos do cenário epidêmico nos trabalhos das Centrais. Por isso, ainda que o ciclo em análise seja relativo ao último trimestre de 2021, mostra-se pertinente, em todas as análises desenvolvidas neste Relatório, destacar os eventos que desde o início do ano geram consequências nos indicadores.

Instaurada no bojo do 5º período avaliatório, a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, causou ondas de restrições que impactaram severamente a execução das Alternativas Penais. Desde então, foram editados diversos atos administrativos<sup>6</sup> e alterações significativas nos moldes de trabalho das equipes e no monitoramento das penas tornaram-se necessárias.

Logo no início do ano de 2021, os parâmetros do Plano Minas Consciente, estabeleceram medidas mais severas e restritivas de funcionamento dos serviços e trânsito de pessoas. Com isso, foi criada a “Onda Roxa” - período em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais interrompeu as atividades forenses e, através do Ofício SEJUSP/DAL nº. 5/2021, o Programa CEAPA suspendeu o cumprimento das Alternativas Penais de Prestação de Serviços à Comunidade. Neste tempo, equipes foram colocadas em teletrabalho – seja pela restrição de circulação ou mesmo pela infecção pelo Novo Coronavírus - e procedimentos metodológicos foram suspensos ou adaptados para a nova realidade.

Tão logo as medidas e intervenções de saúde pública mostraram resultado, houve afrouxamento das limitações e entraves no funcionamento dos serviços. Assim, progressivamente, o cumprimento das Alternativas Penais pode ser retomado. Mesmo que em cenário de instabilidade, diversas leituras, construções e adaptações nos moldes de trabalho foram realizados e, a partir disso, estratégias de monitoramento, cumprimento e acompanhamento do público foram colocadas em prática. As equipes investiram esforços na atualização de informações e possibilidades para o cumprimento das medidas e, de forma contínua, retomaram seus caminhos costumeiros de trabalhos presenciais. Além disso, ocupou e promoveu encontros coletivos de intervenção com o público e com a rede parceira e, de maneira gradativa, cumpriu o papel institucional de (re)condução do público no cumprimento das obrigações penais.

É por este motivo que, quando comparado aos demais ciclos avaliatórios, o 12º período mostrou-se mais estável no cenário das Alternativas Penais – inclusive com os procedimentos de trabalho previstos em metodologia. Mesmo assim, estratégias de compatibilização para a garantia da saúde, ações integradas dos órgãos e construções emergenciais são necessárias, pois em cada indicador estabelecido no Contrato de Gestão 002/2019 os impactos foram e ainda são sentidos:

- **Indicador I (Número acumulado de atendimentos no Programa):** enquanto transpassou dos moldes virtuais para o presencial, o indicador teve melhor desenvolvimento no segundo semestre do ano. Cumpre observar que com Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, a meta de execução sofreu ajustes e, através das modalidades grupais - execução que teve maior ascensão no ano – os números ilustram a influência e estabilidade do período e sustentam a correlação entre os atendimentos e o cumprimento das alternativas penais.
- **Indicador II (Percentual de baixas por cumprimento de Alternativas Penais acompanhadas pelo Programa CEAPA):** a meta estabelecida como parâmetro para o Programa foi alcançada em todo o ano – exceto no primeiro período avaliatório. Tal fato é reflexo das decisões favoráveis dos Juízos parceiros sobre a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das Alternativas Penais – que ocasiona a baixas dos processos - assim como os esforços das equipes na reinserção do público, manutenção de vínculos e intervenções nos incidentes de execução.
- **Indicador III (Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio):** este indicador sofreu severa influência dos períodos de restrições de circulação provocadas pela pandemia. Diante da importância desta frente de trabalho, as intervenções foram reformuladas para modalidades não presenciais e tomaram grande volume no primeiro semestre – tendo ápice no mês de março. Contudo,

---

<sup>6</sup> Exemplos: Lei 13.979 que estabeleceu as medidas para enfrentamento à situação de emergência provocada pelo Surto de Coronavírus na esfera federal; Decreto de Emergência com numeração especial 113, de 12 de março de 2020 declarou situação de emergência em saúde pública no Estado de Minas Gerais em razão do surto de doença respiratória – Coronavírus; Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020, de 16 de março de 2020; Orientação Técnica nº 62 emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Decretos municipais diversos.

após este período, as ações regressaram aos moldes presenciais e deixaram de obedecer às urgências de mudanças no cumprimento. Por este motivo, as articulações tornaram-se mais estratégicas, tiveram volume ajustado às demandas dos municípios e aos novos moldes do Contrato de Gestão.

Pode-se afirmar que, mesmo que a Central de Acompanhamento de Alternativas Penais esteja cada vez mais próxima de seu eixo originário de atuação, o campo das alternativas penais ainda é marcado por entraves. As relações de cumprimento por vezes se mostram esgarçadas pelas restrições da pandemia; decisões judiciais seguem pendentes; o encaminhamento de novas alternativas penais às Centrais ainda não está em volume costumeiro; e a adoção de novo instituto jurídico – Acordo de Não Persecução Penal – precisa ser acompanhada e alinhada por atores diversos.

É a partir deste cenário que a Supervisão Metodológica lançou esforços para acompanhar a evolução dos trabalhos – através da promoção de espaços de qualificação presenciais (viagens e visitas às equipes técnicas) - e para preservar a base metodológica na qual a CEAPA se firma, e é através dele que o desempenho do Programa, em cada um dos indicadores estabelecidos no bojo do Contrato de Gestão 002/2019, deve ser considerado.

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizados cumulativamente 40.315 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. **Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 49.126, atingiu-se 82% do estabelecido.** Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	JAN A SET	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	-	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	5836	621	866	951	8274
BETIM	2200	304	290	228	3022
CONTAGEM	2018	276	286	348	2928
DIVINOPOLIS	1620	153	136	100	2009
GOVERNADOR VALADARES	1670	221	184	167	2242
IBIRITE	974	146	243	204	1567
IPATINGA	2148	363	307	189	3007
JUIZ DE FORA	2987	332	310	322	3951
MONTES CLAROS	1627	195	255	298	2375
R. DAS NEVES	2037	235	267	130	2669
SANTA LUZIA	1295	70	90	145	1600
SETE LAGOAS	1525	171	238	186	2120
UBERABA	1275	201	216	280	1972
UBERLÂNDIA	1998	248	195	128	2569
VARGINHA	-	-	-	-	0
VESPASIANO	0	0	3	7	10
<b>TOTAL</b>	<b>29210</b>	<b>3536</b>	<b>3886</b>	<b>3683</b>	<b>40315</b>

Fundamentalmente, com o intuito de basilar entendimento sobre o Indicador I, cabe estabelecer, brevemente, a composição a que esse se refere, e com isso, sedimentar a significância desses dados para a construção do acompanhamento ao público de Alternativas Penais no estado de Minas Gerais. Tal indicador é composto pelo número acumulado de atendimentos do programa e versa sobre o cálculo somatório dos Atendimentos Individuais de Inscrição, Atendimentos Individuais de Acompanhamento, Atendimentos Grupais de PSC, Atendimentos Grupais de PEAP (incluindo as Ações de Responsabilização com Homens na Lei Maria da Penha) e Práticas no Âmbito da Justiça Restaurativa. Desse modo, considerando a diversidade de frentes de atendimento que juntas compõem esse indicador, oscilações nesses dados devem ser consideradas e analisadas abarcando essa heterogeneidade.

Para o 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, a meta prevista para esse indicador, após a repactuação ocorrida em agosto, foi de 10.595 atendimentos. Logo, o montante de 10.603 distribuídos dentro das modalidades estimadas no Programa configura o alcance do valor esperado.

Para a leitura qualificada desse indicador é preciso resgatar o histórico de avanço nas frentes de trabalho no que tange a execução presencial em paralelo coordenado com a melhora do quadro do período pandêmico. Os municípios em que a CEAPA está localizada já superaram, nesse período avaliatório, as fases de restritas normas de circulação e funcionamento de equipamentos, e nessa nova tônica, continuou-se a progressão da execução das Penas de Prestação de Serviço à Comunidade, mediante uma rede em situação mais favorável ao recebimento do público, atendimentos de acompanhamento individuais presenciais e a volta, em sua maioria, da execução presencial das ações coletivas previstas no escopo metodológico. Somado a esses pontos que dizem das frentes desenvolvidas pelas equipes, outro fator contributivo para o aumento do acumulado de atendimentos diz do

funcionamento das Centrais e a possibilidade de voltar a lógica do atendimento a partir de demanda espontânea, conforme era efetivo pré-pandemia.

Em continuidade ao processo de compreender o último trimestre de 2021 dentro do fenômeno de atendimentos, cabe pautar, ainda, a repercussão positiva na execução dessa frente a partir da evolução da autonomia e desenvolvimento técnico dos Analistas Sociais contratados pelo Convênio Federal nos meses de agosto e setembro. Esses, após participação em capacitação introdutória e acompanhamento próximo promovido pela Supervisão Metodológica, assumiram frentes de trabalho como o plantão de atendimento e facilitação de grupos, o que refletiu no aumento do indicador I.

Considerando a amplitude que esse indicador sustenta, somada à importância de compreendê-lo em suas ramificações e os impactos de cada uma das modalidades para o número acumulado, se faz necessário desenvolver uma reflexão singular para leitura do ciclo avaliatório do presente relatório. Desta feita, a seguir acompanha aspectos recortados do desenvolvimento de cada uma das modalidades de atendimento previstas na CEAPA:

- a) **Atendimentos Individuais de Inscrição:** no período avaliatório em questão, constatou-se um tímido, mas consistente, aumento dos casos novos, o que faz interlocução com a expansão das audiências realizadas pelo Sistema de Justiça Criminal, dentro da perspectiva de articulações das parcerias desenvolvidas com as Varas e Juizados e o progresso do quadro sanitário da pandemia.
- b) **Atendimentos Individuais de Acompanhamento:** os impactos percebidos nessa modalidade no último trimestre representam o conjunto sólido de variados aspectos que permeiam o atendimento ao público de Alternativas Penais. Aqui, consideram-se elementos objetivos, citados acima, tais como os resultados obtidos pelo aumento das equipes no início do semestre e o afrouxamento das restrições impostas pelos períodos mais graves da pandemia; acrescidos do avanço da vacinação e o consequente aumento na circulação das pessoas/público, e ainda a reabertura, mesmo que não em sua total potencialidade, da Rede parceira. Com esse cenário composto, o monitoramento realizado junto a cada caso ativo nas Centrais fomentou o contexto necessário para a sedimentação, iniciada no segundo semestre, no que tange o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade e seus desdobramentos em atendimentos.
- c) **Atendimentos Grupais de PSC:** o progresso observado nessa modalidade no período em vigência faz interlocução direta com o retorno gradativo ao cumprimento da PSC, já anunciado em relatório anterior. Assim, os Grupos de Inicialização e os Grupos de Acompanhamento passam por momento de chamamento regressivo ao lugar de centralidade no processo interventivo com o público para o início ou a continuidade no cumprimento da PSC. Como forma de ilustrar essa construção, avançamos de 244 atendimentos em Grupos de PSC no terceiro trimestre do ano, para 361 no ciclo de encerramento deste ano.
- d) **Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa:** O movimento de retorno ao formato presencial na execução dos grupos se iniciou em períodos avaliatórios anteriores, mas no 12º vê-se a ampliação das intervenções coletivas em sua modalidade habitual. Como materialização da força de trabalho desse eixo, tem-se o total de 1.582 atendimentos nessa perspectiva, o que leva a ocupação da segunda frente mais desenvolvida nesse indicador. Para além, vale reiterar o aumento de participantes nos grupos e o retorno à parametrização dos encontros ao referencial metodológico prévio, o que leva ao maior número de atendimentos dentro dessa modalidade. Novamente, cita-se o aumento das equipes e a consequente possibilidade de mais grupos serem executados pelas unidades, sem prejuízo a outras frentes de trabalho que compõem o programa. Ainda no âmbito grupal, destaca-se o exercício de atendimentos no viés da Justiça restaurativa, que representou nesse semestre 91 atendimentos coletivos. No cálculo geral se apresenta como um valor incipiente, mas que em termos práticos, vislumbra o caminho dessa atuação dentro da CEAPA.

Isto posto, destaca-se algumas Centrais:

**Montes Claros:** Os atendimentos desenvolvidos neste município apresentaram maior representatividade numérica nas modalidades de Atendimento Individual de Acompanhamento e Projetos de Execução de Alternativa Penal, em especial na perspectiva das Ações de Responsabilização com Homens autuados na Lei Maria da Penha. Como contexto para isso, se tem o aumento na execução presencial dos grupos em espaço cedido por instituição parceira, o que possibilita uma organização do coletivo com segurança e respeito às normas sanitárias ainda necessárias devido a COVID 19. Para além, os Atendimentos Individuais de Acompanhamento sofreram ampliação relevante como reflexo do progresso nos encaminhamentos para a PSC e a oferta, feita pela equipe, de espaços de atendimento para intervenção com o público nos pontos de vulnerabilidades e riscos, bem como para regularização do cumprimento da Alternativa Penal. Deste modo, a composição dessas duas frentes de atendimento potencializadas no último trimestre, elevaram Montes Claros ao ponto de destaque no Indicador a que esse campo se refere.

**Uberaba:** Para ilustrar o destaque deste município no correspondente indicador dentro do vigente período avaliatório, se deve conceber as frentes de atendimento em sua pluralidade, haja vista que ocorreu aumento em quatro das cinco modalidades. Contudo, primeiramente, insta destacar que tal fenômeno dialoga com o aumento da equipe, que agora conta com o desenvolvimento do trabalho feito por um trio. Isso possibilitou a retomada dos grupos de PSC, diante do encaminhamento/reencaminhamento, levando ainda ao aumento dos atendimentos individuais mediante a leitura para a intervenção com o público. Acrescido a isso, o último trimestre apresentou o maior número de inscrições do ano, indicando o progresso nas audiências realizadas pela justiça. Ainda como fator contribuinte para esse contexto, se destaca a possibilidade de expansão no número de participantes nos grupos, especialmente de Ação de Responsabilização com Homens, executados mediante a flexibilização das normas do período pandêmico.

**Sete Lagoas:** Neste município, ainda que os Atendimentos Individuais de Inscrição e de Acompanhamento demonstram costumeira relevância, os Atendimentos Grupais de PEAPs impulsionaram o indicador. A ampliação da equipe associada ao maior volume de novas inscrições para a referida Alternativa Penal, permitiu à equipe executar, em todos os meses do trimestre de referência e de maneira simultânea, as Ações de Responsabilização com Homens autores de violências contra as mulheres e PEAP sobre Drogas. Somados, os atendimentos desenvolvidos nesta modalidade apresentaram, no período em análise, o maior volume do ano e, deram expressão à Sete Lagoas no que tange ao Indicador I.

<b>Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais</b>	
<b>Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>72%</b>	<b>79,7%</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 79,7%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, o programa ultrapassou o estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

	<b>Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL</b>	<b>Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS</b>	<b>% DE CUMPRIMENTO</b>
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	504	542	93,0%
BETIM	47	92	51,1%
CONTAGEM	155	184	84,2%
DIVINOPOLIS	18	29	62,1%
GOVERNADOR VALADARES	31	44	70,5%
IBIRITE	47	57	82,5%

IPATINGA	37	49	75,5%
JUIZ DE FORA	25	64	39,1%
MONTES CLAROS	67	81	82,7%
R. DAS NEVES	46	70	65,7%
SANTA LUZIA	4	4	100,0%
SETE LAGOAS	30	60	50,0%
UBERABA	20	25	80,0%
UBERLÂNDIA	47	52	90,4%
VARGINHA	0	0	0,0%
VESPASIANO	0	0	0,0%
TOTAL	<b>1078</b>	<b>1353</b>	<b>79,7%</b>

Para a análise do desempenho no trimestre é importante frisar que houve a retomada do cumprimento em todos os municípios e de todas as Alternativas Penais monitoradas. Com o avanço da flexibilização de restrições sanitárias, a rede parceira mostrou-se ainda mais segura e com condições de ampliar o recebimento de pessoas com alternativa penal de Prestação de Serviços à Comunidade. O fato permitiu que a equipe técnica conseguisse acompanhar maior número de alternativas penais sendo cumpridas e ampliasse o monitoramento, e assim contribuiu, efetivamente, para maior índice de cumprimento.

Além disso, tal como registrado no relatório anterior, a qualificação constante do monitoramento das alternativas penais de forma regular e eficiente permitiu a realização de intervenções em incidentes do cumprimento a tempo, a partir do envio de cartas para acesso aos casos que não responderam aos contatos telefônicos e via aplicativo WhatsApp, o que oportunizou construções que impactaram vigorosamente no indicador.

Outro elemento importante continua sendo a execução de Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP) e Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres (grupos reflexivos) que permaneceram sendo desenvolvidos tanto na modalidade virtual quanto na presencial. Ressalta-se que o programa se organiza cada vez mais para retomar a plenitude do acompanhamento presencial, mas que em cenário ainda pandêmico a virtualização contribui para o alcance de parte do público.

Por fim, conforme também já citado no período anterior, em abril de 2020 o CNJ emitiu Orientação que sugere a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento. Tal direcionamento foi seguido por diversos juízos das comarcas em que a CEAPA atua e, assim, grande volume de alternativas penais, ainda que não cumpridas, foram baixadas por cumprimento integral na medida em que as pessoas acompanhadas foram atingidas e beneficiadas pela decisão judicial. Os procedimentos judiciais ainda estão sendo realizados nas comarcas para a conclusão dos processos e, assim, seguem tendo efeito catalisador de casos baixados por cumprimento integral.

De acordo com o exposto, este indicador teve destaque em:

**Belo Horizonte:** conforme explicitado em relatório anterior, a importante adesão do público ao formato virtual dos grupos executados contribuiu fortemente para a integralidade dos cumprimentos nessas modalidades de alternativa penal. Somado a isso, ocorreram no período 87 baixas por cumprimento integral de PSC e PEAP diante da adesão do Juizado Especial Criminal à Orientação Técnica do CNJ, bem como observou-se a finalização do cumprimento de PSC dos casos que retomaram a alternativa penal quando assim foi possível. Dessa maneira, a meta estipulada para o período foi superada em 28,9%.

**Santa Luzia:** Este município enfrentou, no 12º período avaliatório, mudança completa de seus membros, o que pautou uma reorganização das frentes de trabalho e da atuação junto ao público. Desta feita, com a retomada do trabalho e o movimento de construção de espaços interventivos com o público para a regularização do cumprimento, acrescidos de manifestação do Poder Judiciário acerca de dificuldades para a juntada dos ofícios de baixa, se configurou um panorama embotado e de pouco reflexo da realidade do índice de cumprimento integral. Contudo, a equipe caminha para avanço desses elementos e no período avaliatório em análise, se observar, que mesmo com o número de baixas reduzido - quatro casos no trimestre - a atuação tem conduzido para o encerramento devido a efetividade do cumprimento.

**Uberlândia:** Para compreender o percentual de cumprimento neste município, se faz imprescindível debruçar em duas frentes de trabalho do Programa, sendo elas: os Projetos de Execução de Alternativas Penais – PEAP e a Prestação de Serviço à Comunidade – PSC. Na primeira, o trabalho desenvolvido pela equipe para a intensificação na realização de grupos e a qualificação desses, se soma a adesão do público às intervenções dessa seara, o que leva a finalização da alternativa penal pelo cumprimento em sua integralidade. Já no que se relaciona à frente de PSC, todo o processo de articulações e cuidados exigidos pela pandemia da COVID 19 feitas neste município apresentaram resultados, durante todo o ano e repetidamente nesse trimestre, com o encerramento de casos feitos pelo Poder Judiciário a luz da Orientação Técnica do CNJ. Ainda sobre a unidade de Uberlândia, vale sublinhar

que durante todo o ano de 2021 o percentual de cumprimento se apresentou acima da meta estipulada, corroborando para considerações sobre a estabilidade da atuação junto ao público promovida pela equipe e com a qual se oportunizaram o cumprimento da AP.

Ao analisarmos o desenvolvimento do indicador durante o ano, percebe-se que há um contínuo ascendente do percentual, resultado da readequação do programa aos parâmetros usuais a partir da retomada gradativa do cumprimento das alternativas penais.

Assim, ao final de 2021, a CEAPA se encontra cada vez mais próxima da execução metodológica regular, resguardados os devidos cuidados de saúde que ainda se fazem necessários, o que impacta diretamente no referido percentual.

<b>Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais</b>	
<b>Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>3131</b>	<b>4903</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;</li> <li>2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;</li> <li>3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais;</li> <li>4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais;</li> <li>5) Visitas de captação de novos parceiros;</li> <li>6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;</li> <li>7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.</li> </ol>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizadas cumulativamente 4.903 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.131, o objetivo foi alcançado mais que integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JAN A SET	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	-	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	1057	71	39	20	1187
BETIM	228	37	10	7	282
CONTAGEM	329	10	25	5	369
DIVINOPOLIS	224	13	12	3	252
GOVAL	179	16	16	4	215

IBIRITE	311	19	23	15	368
IPATINGA	370	22	11	26	429
JUIZ DE FORA	244	32	28	25	329
MONTES CLAROS	170	11	11	14	206
RIBEIRÃO DAS NEVES	286	19	19	16	340
SANTA LUZIA	169	5	3	24	201
SETE LAGOAS	293	16	30	12	351
UBERABA	114	9	17	19	159
UBERLÂNDIA	151	13	6	18	188
VESPASIANO	0	8	12	7	27
TOTAL	4125	301	262	215	4903

O contexto do 12º ciclo avaliatório deve ser compreendido a partir da continuidade da estabilidade de funcionamento já reiniciada pelas instituições e também pelas Centrais, o que não gerou a intensa demanda de articulações de rede que já foram necessárias quando o Sistema de Justiça Criminal ou os planos de restrições de circulação aplicados pelos municípios exigiram.

O primeiro ponto de destaque desse trimestre é continuidade da inclusão das pessoas no cumprimento das Alternativas Penais na modalidade da Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) mediante o avanço da vacinação contra a COVID-19 e a flexibilização de funcionamento das instituições - seguindo os planos municipais onde as Centrais estão localizadas. Nesse sentido, as equipes se dedicaram à construção de avaliação das parcerias e organização de agendas de visitas in loco às entidades, visando a qualificação do acompanhamento do público que volta, cada vez mais, ao cumprimento.

Acrescido a isso, é importante novamente assinalar que a meta deste indicador também foi repactuada - e aumentada - e que desde agosto as ações de rede são pautadas por meio da atuação presencial da equipe e também com manutenção dos espaços em que ainda é necessário o uso de recursos de videoconferência. Tais ações são construídas a partir da disponibilidade das instituições que também se organizam à sua maneira considerando um contexto ainda pandêmico.

O referido trimestre foi o único em que muitas Unidades não conseguiram alcançar a meta estipulada para o município, mas sem prejuízo para a meta anual. Tal fato ocorreu devido à reorganização do trabalho para a priorização da execução presencial, que demandou ajustes e apropriação dessas frentes pelos profissionais recém chegados. O mês de dezembro se destacou nesse sentido já que o funcionamento de muitas instituições e de espaços instituídos foi alterado devido a recessos e organizações internas, gerando redução na disponibilidade para articulações ainda em 2021.

Após todas as considerações sobre esse indicador feitas acima, acompanha, para fins de leitura mais direta, a contextualização de alguns dos municípios no que tange às ações que contribuíram para o não alcance da meta no período.

Isto posto, segue:

**Belo Horizonte:** no referido trimestre ocorreu repactuação com o Sistema de Justiça Criminal para o recebimento de Medidas Cautelares através Comparecimento Periódico em Juízo, que chegaram em larga escala em novembro e dezembro. Essa nova modalidade impactou na agenda dos profissionais já que o acompanhamento é realizado através de referências técnicas individuais. Além disso, por orientação, a equipe reavalia constantemente sua participação nos espaços instituídos pela rede, que devem ter sempre pautas pertinentes para o acompanhamento do público das alternativas penais, modalidade que apresentou regressão no quantitativo realizado.

**Contagem:** Neste município, com a estabilidade da situação da pandemia, não houve grandes oscilações que impactaram o cenário de cumprimento das Alternativas Penais. Desta maneira, a equipe buscou qualificar as intervenções com as entidades através da participação em espaços coletivos – promovidos pela CEAPA (Encontros de Rede) ou pela própria rede. Por este motivo e, levando em consideração o período de recesso das entidades somado às férias e afastamentos de analistas, as visitas de monitoramento foram realizadas em menor volume e provocaram acentuada queda no indicador. Cumpre observar que diante da situação, a força de trabalho da equipe técnica foi direcionada a outras frentes – como a execução simultânea de diversos PEAPs que impactou positivamente no Indicador I.

**Governador Valadares:** Neste município as articulações de rede foram severamente impactadas por mudanças na composição da equipe. Com a alteração no quadro de analistas sociais, foi necessário maior investimento para garantir a apropriação e autonomia da nova profissional e, assim, houve necessidade de reorganização para a sustentação de outras frentes de trabalho – como o atendimento ao público em espaços coletivos e individuais. Ainda assim, a equipe desenvolveu visitas presenciais a entidades que recebem o público de PSC para a qualificação do acompanhamento, mas com a ação demanda maior disponibilidade dos envolvidos, o indicador foi afetado de

forma negativa. Somado a isso, foi necessário novo referenciamento regionalizado de acompanhamento da rede que, quando implementado, sofreu impacto do período de recesso e indisponibilidade das instituições.

Por fim, ao analisar o desempenho do terceiro indicador no decorrer do ano, compreende-se que a mudança no cenário de pandemia impactou diretamente no desenvolvimento das articulações de rede, que no primeiro semestre - em períodos de agravamento das restrições sanitárias - eram realizadas em alto número e já no segundo semestre foram reduzidas, considerando a readequação das ações pelo abandono do meio telefônico de ações de rede e menos alterações no funcionamento das instituições.

Conforme já sinalizado, a meta deste indicador sofreu aumento quando repactuada e ainda assim superou-se a expectativa de execução para o ano.

**Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional****Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP**

<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>19505</b>	<b>16835</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.</p> <p>Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;</li><li>2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;</li><li>3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;</li><li>4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;</li><li>5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;</li><li>6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.</li><li>7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.</li><li>8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.</li></ol>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizados cumulativamente 16.835 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 19.505, não foi possível alcançar o objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

<b>UPC</b>	<b>JAN A SET</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	<b>DEZEMBRO</b>	<b>TOTAL</b>
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	2.683	295	337	307	3.622
BETIM	1.011	143	152	120	1.426
CONTAGEM	1.036	173	85	94	1.388
DIVINÓPOLIS	0	0	37	1	38
GOVERNADOR VALADARES	955	121	78	73	1.227
IBIRITÉ	0	0	2	8	10
IPATINGA	1.039	135	149	143	1.466
JUIZ DE FORA	802	112	127	116	1.157
MONTES CLAROS	973	176	177	177	1.503
RIBEIRÃO DAS NEVES	945	117	134	129	1.325
SANTA LUZIA	1.055	99	89	67	1.310
SETE LAGOAS	2	36	82	47	167
UBERABA	511	52	172	77	812
UBERLÂNDIA	1.009	88	132	149	1.378
VESPASIANO	0	0	1	5	6
<b>TOTAL</b>	<b>12.021</b>	<b>1.547</b>	<b>1.754</b>	<b>1.513</b>	<b>16.835</b>

Neste período avaliatório, o programa PrEsp alcançou 98,7% da meta estabelecida para o indicador de atendimento, corroborando com o aumento progressivo observado em tal indicador ao longo do ano de 2021. Mediante essa constatação, apresentam-se reflexões sobre este 12º período avaliatório, que contribuem para a leitura de fatores que subsidiaram tal alcance.

Neste trimestre, destaca-se a inauguração do programa em mais três municípios ainda no início deste período avaliatório, somando quatro equipes (**Divinópolis, Ibirité, Sete Lagoas e Vespasiano**) em processo de implantação. Diante disso, essas equipes tiveram um quantitativo reduzido de atendimentos devido a necessidade iminente de se investir na elaboração de fluxos que viabilizassem o acesso do público ao programa.

Cabe mencionar que nos municípios supracitados a chegada das equipes ocorreu no mesmo dia em que o programa iniciou suas atividades nestes. Portanto, mesmo os gestores sociais estando já em processo de mapeamento da rede do município para identificação do público e parceiros estratégicos, foi somente após a contratação das equipes de analistas sociais que começaram a mobilização, atendimento ao público e articulações junto a rede parceira em tais municípios.

A equipe de **Sete Lagoas** iniciou as atividades na segunda quinzena de Setembro/2021, entretanto, nota-se que foi a partir do segundo mês deste trimestre que o público acessou efetivamente o Programa para atendimento, resultado das articulações com a rede parceira que se configuraram como uma “porta de entrada” importante.

Evidencia-se neste período também em **Sete Lagoas** o início das atividades coletivas em unidade prisional (APAC Sete Lagoas), o que possibilitou à equipe quase atingir a meta prevista para o indicador de atendimento no mês de novembro. Entretanto, no mês de dezembro, houve uma queda significativa, devido à impossibilidade de realização dos grupos na unidade prisional (APAC Sete Lagoas), em função de questões internas da própria unidade. Tais questões correspondem, principalmente, ao quantitativo grande de pessoas que receberam “benefício” de saída no Natal e ao menor efetivo de funcionários neste período.

Ainda sobre a unidade em Sete Lagoas, a equipe é constituída por dois analistas, sendo uma gestante que, por esse motivo, encontra-se em regime de trabalho remoto. Tal arranjo demandou a readequação do trabalho da equipe no que diz respeito à flexibilidade dos atendimentos, articulações de rede e atividades coletivas. Dessa forma, o trabalho foi repensado continuamente, visando observar os indicadores previstos para essa equipe e a disponibilidade de alcançá-los.

Já em **Divinópolis**, o PrEsp iniciou as atividades no município na data de 13 de outubro de 2021. No entanto, houve a excepcionalidade de o início das atividades do Programa coincidir com a UPC em situação de reforma. A UPC que, até então abrangia apenas a CEAPA, funcionava em um imóvel de estrutura inadequada para abarcar os dois programas. Deste modo, a situação requereu uma articulação da gestão social no município juntamente com a SUPEC com o objetivo de dispor um novo imóvel para as atividades do Programa.

Com o imóvel providenciado, foi possível o recebimento de Pena Pecuniária para a execução da reforma, porém, o prazo para a disponibilização do local com as adaptações necessárias tem se alongado. O contexto comentado influencia na dinâmica de trabalho da equipe, de modo que, parte do tempo, as atividades acontecem de forma presencial e o restante do tempo em teletrabalho. A gestão social e supervisão metodológica, neste sentido, têm acompanhado bem de perto a organização das atividades da equipe, que executou o trabalho na intensificação das articulações de rede – tanto para se apropriarem da rede estratégica do município, quanto para possibilitar a chegada do público na UPC priorizando as ações de “porta de entrada”.

Em contrapartida às especificidades das equipes de implantação, cabe considerar pontos observados nos demais municípios neste trimestre. É possível notar o retorno a um cenário de certa “normalidade” em relação às atividades desenvolvidas no Programa, pautado pela retomada das ações em unidades prisionais com o público pré-egresso a partir de reabertura das mesmas, aumento da circulação do público, abertura dos serviços da rede com o aumento dos atendimentos presenciais e retomada da atuação do judiciário de forma presencial na maioria dos municípios em que o programa atua.

Apesar disso, neste período avaliatório, é possível notar uma redução no que se refere aos números de atendimento ao público em **Belo Horizonte**. Alguns fatores que contribuíram para tal redução perpassou ações com parceiros da rede, onde houve a necessidade de cancelamento de algumas atividades coletivas pré-agendadas em Unidades Prisionais, e férias de analistas sociais. Mesmo diante tais intercorrências, é perceptível o esforço investido da equipe nas frentes de trabalho pactuadas com gestão e supervisão.

No que se refere aos atendimentos individuais e coletivos, a equipe vem desenvolvendo maior qualificação das atividades coletivas com o público, seja no acompanhamento de inscritos ou na vinculação com os pré-egressos (as) antes mesmo de sua saída das Unidades Prisionais. No andamento dessa última atividade citada, a equipe de Belo Horizonte esteve simultaneamente em três Unidades Prisionais neste trimestre, realizando ações coletivas com pré-egressos que estão com a progressão para o regime aberto para daqui há seis meses aproximadamente.

Vale destacar, ainda no que diz respeito ao município de Belo Horizonte, atualmente, parte significativa dos casos de novos egressos inscritos no PrEsp acessam o Programa de forma espontânea a partir da divulgação pelos próprios usuários atendidos ou encaminhados pela rede parceira através do investimento em divulgação e construção de novos fluxos de encaminhamento.

Outra equipe que não alcançou a meta para esse indicador, no atual período avaliatório, é o município de **Contagem**. A justificativa tem embasamento nas oscilações observadas ao longo do trimestre. No mês de outubro foi período de “coleta de assinatura”, onde os números de atendimentos elevaram consideravelmente diante do aumento de egressos circulando na UPC. No mês de novembro o indicador teve uma queda significativa, o que fez com que a equipe se organizasse para uma ação corretiva no mês de dezembro na intensificação do acompanhamento, o que fez com que os números voltassem a subir.

Pontos associados à composição de equipe e estrutura também repercutiram no indicador de atendimento nesse período, como observado no município de **Ribeirão das Neves**. A atividade no município, após recente renovação em 2/3 da equipe do Programa, vem passando por aprimoramentos metodológicos para apropriação das frentes de trabalho. Ainda, o município também apresentou dificuldades estruturais para o acesso do público. A UPC de Ribeirão das Neves se localiza dentro da “área de segurança” da Penitenciária José Maria de Alkmin, e o acesso se dá através da portaria desta unidade prisional, desestimulando a busca espontânea do público à equipe, uma vez que ponderam evitar ambientes onde sofreram restrição de liberdade e/ou violações.

Em **Uberlândia**, observa-se o aumento do indicador quando comparado ao período anterior, mesmo que a meta não tenha sido atingida, a medida apresentou uma consistente recuperação. Com a visita presencial da supervisão metodológica foi possível alinhar pontos de trabalho e adequar as frentes prioritárias de atuação.

Avalia-se, deste modo, que um planejamento assertivo construído junto às equipes, considerando as frentes de atuação do programa de forma estratégica, bem como as informações levantadas a partir da Planilha de Acompanhamento do programa, pode favorecer a elevação dos números de atendimentos e acompanhamentos realizados no âmbito do programa, refletindo positivamente ainda em outro indicador (Adesão).

Em acordo com a lógica supracitada, **Juiz de Fora** consolidou o aumento gradual no número do indicador de atendimentos, superando a meta definida para a equipe neste trimestre. Isso foi possível ao retratar o investimento da mesma no acompanhamento do público, sobretudo daqueles egressos que não acessam o Programa há algum tempo, visando retomar tais acompanhamentos no programa, conforme levantado na leitura da Planilha de Acompanhamento.

Juiz de Fora, bem como Uberaba, configuram-se como municípios onde atualmente não há “coleta de assinaturas” assim como as equipes de implantação. Por isso, constantemente, tais equipes precisam fortalecer o diálogo e presença junto à rede parceira, entendendo essa como “porta de entrada” essencial ao PrEsp. além de ações em unidades prisionais entre outras estratégias que proporcionem maior acesso do público no programa.

O panorama na UPC do município de **Uberaba** se configurou pela superação da meta estipulada para este período avaliatório em virtude de ações de mobilização nas unidades prisionais com pré-egressos, o que se desdobrou também em atendimentos a familiares de pré-egressos. Há de se pontuar ainda que os dois analistas entraram de férias neste trimestre, o que impactou na realização de outras atividades programadas que poderiam contribuir ainda mais com a elevação dos atendimentos.

Por fim, cabe destacar que o crescimento observado no indicador de atendimento do Programa, de modo geral, é resultado do investimento em qualificação do trabalho junto ao público e à rede parceira. Isto posto, buscou-se ampliar as possibilidades de inclusão social e prevenção à criminalidade e violência, mesmo diante de um contexto desfavorável no que tange a parcelas da população tão vulneráveis como aqueles que possuem experiência prisional e são acompanhados pelo PrEsp.

<b>Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional</b>	
<b>Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>78%</b>	<b>88,2%</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 88,2%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, a meta foi alcançada. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

<b>Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório</b>			
<b>UPC</b>	<b>Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO</b>	<b>Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS</b>	<b>% DE VINCULAÇÃO</b>
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	601	687	87,5%
BETIM	342	379	90,2%
CONTAGEM	238	284	83,8%
DIVINOPOLIS	0	1	0,0%
GOVAL	170	205	82,9%
IBIRITE	3	5	60,0%
IPATINGA	238	289	82,4%
JUIZ DE FORA	285	307	92,8%
MONTES CLAROS	380	407	93,4%
RIBEIRÃO DAS NEVES	203	224	90,6%
SANTA LUZIA	179	194	92,3%
SETE LAGOAS	14	20	70,0%
UBERABA	114	136	83,8%
UBERLÂNDIA	148	165	89,7%
VESPASIANO	0	2	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2915</b>	<b>3305</b>	<b>88,2%</b>

Neste período avaliatório, o percentual de adesão apresentou como resultado 88,2%, o que representou 113% da meta estabelecida para este indicador.

O primeiro destaque se refere a uma mudança na fórmula de cálculo deste indicador, para que incluísse as participações em atividades coletivas/grupais de egressos inscritos no Programa categorizadas como atendimentos de retorno. Tal mudança leva em consideração a possibilidade e pertinência da realização de acompanhamento e o enfrentamento de vulnerabilidades de maneira coletiva em espaços de condução qualificada, planejada e criteriosa.

Tal adequação da fórmula resultou em um sutil, mas considerável, incremento nos números apresentados. Neste sentido, a equipe de **Montes Claros**, neste período avaliatório, superou o previsto para o indicador em comparação ao anterior, tendo em vista a mudança citada no que diz respeito à realização de atividades coletivas com público acompanhado que foram contabilizadas enquanto atendimentos de retorno.

Ressalta-se ainda a UPC de **Belo Horizonte**, na realização de atividades coletivas com egressos inscritos, destacando os grupos de “Vivências”, em que se percebeu uma boa adesão dentre os participantes. Tais atividades coletivas têm sido sistematizadas a partir do acompanhamento no Programa, possibilitando que a partir das demandas apresentadas por esses egressos, os analistas sociais realizem a intervenção de acordo com a coletivização dessas, articulando com parceiros da rede, nas temáticas de: empregabilidade, diversidades e mulheres. A execução desta intervenção pela equipe de BH tem sido pensada e construída para a qualificação do acompanhamento, o que favorece a elevação da adesão de egressos ao PrEsp.

Julga-se pertinente salientar que a unidade de **Contagem** também iniciou neste trimestre a execução de grupos com egressos inscritos, o que faz com que a equipe consiga elevar a medida do indicador fora do período de “coleta de assinaturas” na UPC, o que anteriormente se configurava como um desafio.

A UPC de **Governador Valadares** se destacou por apresentar neste ano uma constância positiva no indicador de adesão. Mesmo com a mudança junto ao Sistema de Justiça, quanto a periodicidade da “coleta de assinaturas” na UPC, o que impacta numa maior ou menor circulação de egressos, a equipe sustentou a elevação da adesão dos egressos a partir do acompanhamento aos casos inscritos. É perceptível, em espaços de supervisão metodológica, a qualificação da equipe no acompanhamento dos casos e o desejo dos egressos em retornar à UPC para a continuidade das intervenções pela equipe de analista.

Outro destaque que se apresenta são as implantações do Programa em quatro novos municípios, que apresentou ainda um baixo número de atendimentos de retorno, uma vez que é necessário um tempo específico para que cada pessoa atendida dentro de sua particularidade busque novamente o programa para apoio no enfrentamento de suas vulnerabilidades. Tal situação contempla a realidade dos municípios de **Divinópolis, Ibirité e Vespasiano**.

Apesar do desafio no que se refere a alcançar o quantitativo previsto para o indicador de adesão em equipes de implantação, a equipe de **Sete Lagoas** esteve próxima de alcançar a meta, realizando 70 % do previsto neste período avaliatório. Atribui-se tal quantitativo ao investimento desta em provocar de maneira sistemática e assertiva o retorno dos egressos que iniciaram o acompanhamento no programa.

<b>Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional</b>	
<b>Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>1328</b>	<b>1606</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.</p> <p>Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;</li> <li>2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;</li> <li>3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;</li> <li>4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;</li> <li>5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.</li> <li>6) Visitas às unidades prisionais.</li> </ol>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) foram realizadas cumulativamente 1.606 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.328, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional					
UPC	JAN A SET	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	183	20	21	19	243
BETIM	77	8	7	9	101
CONTAGEM	93	10	8	7	118
DIVINOPOLIS	0	5	15	12	32
GOVAL	58	5	4	7	74
IBIRITE	0	5	14	11	30
IPATINGA	96	11	9	8	124
JUIZ DE FORA	142	16	15	15	188
MONTES CLAROS	97	24	12	21	154
RIBEIRÃO DAS NEVES	83	16	31	11	141
SANTA LUZIA	69	7	7	3	86
SETE LAGOAS	5	2	7	11	25
UBERABA	104	14	18	12	148
UBERLÂNDIA	97	9	8	7	121
VESPASIANO	0	3	10	8	21
TOTAL	1104	155	186	161	1606

Em relação ao indicador de Mobilização de Rede, os resultados foram além da meta estipulada, alcançado o patamar de 150,7%. Deste modo, cabe destacar pontos observados que corroboraram para tal em algumas equipes.

Em **Divinópolis**, a equipe tem investido o tempo em teletrabalho - devido a reforma no equipamento já mencionada anteriormente - para a realização de articulações de rede de forma presencial, e em alguns casos de forma remota. Essa equipe tem divulgado a chegada do PrEsp na rede estratégica do município favorecendo o conhecimento das ações ofertadas pelo programa, e, ainda, identificando possíveis parceiros para encaminhamento do público ao PrEsp e para ações conjuntas no município.

Nos meses iniciais de execução do PrEsp neste município, já foi possível trabalhar com o parceiro que realiza “coleta das assinaturas” enquanto condicionalidade do regime aberto. Tal ação potencializa o contato com essas pessoas egressas de modo a divulgar o Programa e convite à UPC e construir com a equipe, gestão e Unidade Prisional o início das ações coletivas com pré-egressos, programada para janeiro do próximo ano.

Em **Vespasiano**, todavia, observa-se oscilações no indicador que decorrem do próprio processo de implantação, o que faz com que a equipe ainda esteja abrindo caminhos junto à rede local na busca por parcerias estratégicas. Ressalta-se também a indisponibilidade de veículo para deslocamentos da equipe enquanto um importante gargalo na realização de algumas articulações de rede.

Os demais municípios que não se configuram enquanto implantação, destaca-se **Montes Claros**. O município apresentou um aumento significativo no indicador de mobilização de rede no atual período avaliatório a partir da realização de encontros bimestrais com determinados serviços da rede para discutir pautas pertinentes ao público egresso. No Encontro Conexão, como é denominada a ação, o PrEsp convidou representantes de serviços de determinadas áreas da rede parceira e propôs discussões referentes ao Programa e ao público egresso do sistema prisional, com o objetivo de fortalecer a parceria, sensibilização e construção de intervenções conjuntas e mais assertivas direcionadas ao público.

Quanto a **Belo Horizonte**, nota-se que as ações de rede estão sendo realizadas dentro do esperado, principalmente no que se refere a articulações mais estratégicas junto ao judiciário, na discussão de casos com parceiros na execução do acompanhamento, e nas frentes de empregabilidade. Esta última conta com o acompanhamento acentuado da gestão social, propiciando novas oportunidades ao público.

Como mencionado, neste período avaliatório, há de se pontuar o fortalecimento do diálogo com as Unidades Prisionais, o que proporcionou a realização de atividades coletivas com o público pré-egresso e encaminhamentos de egressos ao programa. Nesse sentido, em **Governador Valadares**, assim como em **Contagem**, destaca-se a retomada das articulações com a Unidade Prisional dos municípios, que já sinalizou a possibilidade de entrada da equipe para a execução de grupos, o que terá impacto nos “atendimentos” para o próximo período avaliatório.

<b>Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas</b>	
<b>Indicador nº 6.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>980</b>	<b>715</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa Selo Prevenção, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidas pelo Programa;</li> <li>2) Número de participações da equipe municipal em reuniões, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes para discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede;</li> <li>3) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência que se apresentem ao Programa, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência;</li> <li>4) Número de reuniões da equipe municipal com as organizações para apresentação do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção de ações do Plano Municipal;</li> <li>5) Número de participantes das organizações nas capacitações promovidas pelo Programa;</li> </ol>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) obteve-se um total acumulado de 715 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de 980 ações, o programa atingiu 73% do esperado.

No atual período avaliatório, a equipe concentrou as ações nas atividades de devolutivas para os equipamentos e atores que ajudaram a construir o Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade. Nestes encontros presenciais, foram apresentados os resultados das ações, em especial as 38 metas que compõem o PMPC. Além disso, foram realizadas visitas no Presídio, no CREAM, Escritório Social, PPVD, Centro de Defesa de Direitos Humanos etc. Outra ação promovida pela equipe se refere à leitura das ações previstas, que tem o objetivo de estimular o ator a pensar em formas para efetivar a meta, uma vez que esse processo ajuda dar publicidade, mobilizar e envolver os equipamentos para auxiliar na efetivação das ações previstas no Plano.

Também foi efetuada uma aproximação com o Poder Legislativo, por meio do seu Procurador, para esclarecer dúvidas e acompanhar a tramitação do projeto de lei que instituiu o PMPC. O PL foi aprovado em duas votações por unanimidade, e, no final de dezembro, foi sancionado pelo Prefeito. Em novembro, ocorreu uma reunião, em virtude das mobilizações, visitas e conversas com os atores que relataram a necessidade de retomar as reuniões do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, paralisadas em 2019. Ainda, foram acompanhadas duas reuniões da Rede de Vizinhos Protegidos da Polícia Militar, que trataram do aumento dos casos de violências.

Houve ainda algumas dificuldades para atingir o quórum mínimo das reuniões da Comissão, o que foi atenuado pela mobilização da equipe. Deste modo, após intensa mobilização e novos convites para equipamentos e atores que ainda não participavam ou que estavam ausentes, em novembro, ocorreu uma reunião presencial da Comissão com mais de 25 participantes. Na ocasião foi avaliado ser melhor realizar os encontros com uma periodicidade de 45 dias, ao invés de mensal. Por último, em dezembro, muitos equipamentos pararam, atores entraram em recesso ou férias e, por isso, foram experienciadas dificuldades de contato e mobilização. Dessa forma, no mês citado, as

atividades foram concentradas na organização e no planejamento de 2022, em especial dos últimos 4 meses do Programa.

Tabela 16 - Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas 2021													
Municípios	Meses												Total
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Alfenas	34	79	81	30	62	60	65	53	54	53	53	26	650
Tocantins	26	35	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>114</b>	<b>85</b>	<b>30</b>	<b>62</b>	<b>60</b>	<b>65</b>	<b>53</b>	<b>54</b>	<b>53</b>	<b>53</b>	<b>26</b>	<b>715</b>

**Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

**Indicador nº 7.1. Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
990	2301

**Descrição do Indicador**

Descrição: Para o aprimoramento da execução da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais é necessário capacitar constantemente os profissionais que atuam nela. Desta forma, os espaços de capacitação e formação visam aprimorar as competências das equipes, garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade e promover a integração e o nivelamento das equipes, visando o aprimoramento contínuo da política pública.

São consideradas capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade:

- a) capacitações presenciais e/ou virtuais com a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos e supervisores, com objetivos e temáticas específicos e que tocam o trabalho desenvolvido nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Poderão ser contabilizadas capacitações promovidas pela OS, SUPEC/SEJUSP ou outro agente externo. Não são consideradas capacitações as reuniões rotineiras realizadas para alinhamento dos trabalhos.
- b) Supervisões presenciais e/ou virtuais promovidas pela supervisão metodológica e da gestão, com ementas específicas, com a participação dos analistas sociais, estagiários e gestores sociais para o acompanhamento e o desenvolvimento das equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Não são consideradas supervisões de acompanhamento e desenvolvimento os alinhamentos rotineiros de trabalho, tais como ligações telefônicas, trocas de e-mail, discussão de casos específicos, entre outros.

Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações e nas supervisões realizadas nos formatos citados acima.

A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações. Para as capacitações presenciais, a OS deverá passar lista de presença. Para as capacitações no formato virtual, deverá tirar *print* da tela do evento acompanhado de ementa constando data, hora, tema e nº de participações.

**Fonte de comprovação do indicador**

Fonte de Comprovação: listas de presença, *prints*, atas, ementas.

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2021) o número acumulado de capacitações de profissionais da política de prevenção social **correspondeu a 2301**. Considerando que a meta estabelecida foi de 990, o indicador foi alcançado com **232% da meta**.

No que se refere especificamente aos os meses que compõem o 12º período avaliatório (outubro, novembro e dezembro), nota-se que houve um total de **202 capacitações e supervisões** metodológicas e da gestão nos 4 programas de prevenção à criminalidade e a gestão das unidades. Em virtude das restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico da Covid-19, significativa parte das capacitações e supervisões ocorreu em formato de videoconferência e contaram com a participação total de 2301 profissionais, dentre analistas sociais, supervisores metodológicos, gestores sociais, diretores de programas e profissionais da Organização Social Instituto Elo.

Cabe destacar ainda dois pontos importantes: i) Com a maior segurança e controle dos níveis pandêmicos, foi possível retomar as supervisões *in loco* (presenciais) com as equipes interior pela primeira vez no ano. Ao todo foram realizadas 14 viagens dos supervisores a UPCs fora do contexto de Belo Horizonte e Região Metropolitana; ii) conforme destacado nos Relatórios anteriores, esse indicador sofreu alguns reajustes conceituais e metodológicos ao longo de 2021, sendo que o momento atual contabiliza, além das capacitações, as supervisões presenciais e/ou virtuais realizadas pelos supervisores. Por se tratar de um indicador sem parâmetros anteriores, talvez por isso os resultados estão significativamente acima do estipulado. Contudo, a sua quantificação demonstra

o alto envolvimento e empenho dos profissionais da Política de Prevenção relação à atualização e produção de conhecimento, bem como à comunicação e desenvolvimento de ações e estratégias qualificadas de atuação.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese das capacitações e supervisões:

Programas/ Gestão	9º PA		10º PA		11º PA		12º PA <sup>7</sup>		Total de Participantes Acumulado
	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes	
Ceapa	1	52	9	101	4	48	31	163	364
Fica Vivo!	1	43	3	137	2	91	36	87	358
PMC	2	112	7	158	9	174	14	128	572
Presp	7	122	8	130	6	91	35	272	615
Supervisão da Gestão	2	2	5	89	4	51	86	250	392
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>331</b>	<b>32</b>	<b>615</b>	<b>25</b>	<b>455</b>	<b>202</b>	<b>900</b>	<b>2301</b>

### Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

#### Indicador nº 7.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	12

#### Descrição do Indicador

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim com a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

#### Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **40 substituições que levaram em média 12,1 dias para serem realizadas.**

<sup>7</sup> Embora a contabilização das supervisões metodológicas e da gestão tenham sido previstas a partir de agosto no 5º Termo Aditivo, tais quantitativos só foram efetivamente incluídos para fins de resultado na apuração do 12º PA.

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	DATA SUBSTIT UIÇÃO (INÍCIO NOVO FUNCIO NÁRIO)	DIAS PARA REPO SIÇÃO
1	21/09/ 2021	Ribeirão das Neves Justinópolis			01/10/20 21	10
2	23/09/ 2021	Vespasiano			01/10/20 21	8
3	24/09/ 2021	Cabana			01/10/20 21	7
4	24/09/ 2021	Betim Centro	C		01/10/20 21	7
5	30/09/ 2021	Betim PTB			14/10/20 21	14
6	30/09/ 2021	Divinópolis			13/10/20 21	13
7	30/09/ 2021	Divinópolis			13/10/20 21	13
8	30/09/ 2021	Ibirité			13/10/20 21	13
9	30/09/ 2021	Ibirité			13/10/20 21	13
10	29/09/ 2021	Betim Centro			13/10/20 21	14
11	01/10/ 2021	Santa Luzia Centro			13/10/20 21	12
12	01/10/ 2021	Nova Contagem			14/10/20 21	13
13	04/10/ 2021	Santa Luzia Centro			13/10/20 21	9
14	04/10/ 2021	Vila Pinho			18/10/20 21	14
15	04/10/ 2021	Vespasiano			18/10/20 21	14
16	04/10/ 2021	Vespasiano			18/10/20 21	14
17	04/10/ 2021	Vespasiano			18/10/20 21	14
18	04/10/ 2021	Vespasiano			18/10/20 21	14
19	08/10/ 2021	Gestor Social Juiz de Fora			20/10/20 21	11
20	28/10/ 2021	BH Centro			08/11/20 21	11
21	20/10/ 2021	Analista Administrativo SEDE			04/11/20 21	15
22	22/10/ 2021	Assistente Administrativo SEDE			04/11/20 21	13
23	26/10/ 2021	Juiz de Fora Centro	K		08/11/20 21	13
24	25/10/ 2021	Governador Valadares Carapina			08/11/20 21	14

25	21/10/2021	Se liga BH		16/11/2021	27
26	27/10/2021	Supervisor Metodológico FICA VIVO!		01/11/2021	5
27	09/11/2021	Betim Citrolândia		16/11/2021	7
28	04/11/2021	Governador Valadares Centro		16/11/2021	12
29	26/10/2021	Uberaba Centro		08/11/2021	14
30	03/11/2021	BH CENTRO		16/11/2021	13
31	03/11/2021	Taquaril		17/11/2021	14
32	28/10/2021	Técnico Adm. Montes Claros-base local		16/11/2021	19
33	10/11/2021	Se liga BH		16/11/2021	6
34	10/11/2021	Jardim Leblom		25/11/2021	15
35	23/11/2021	Ribeirão das Neves - Veneza	C	01/12/2021	8
36	19/11/2021	Governador Valadares - Turmalina		01/12/2021	12
37	29/11/2021	JUIZ DE FORA		06/12/2021	8
38	25/11/2021	JUIZ DE FORA		06/12/2021	11
39	01/12/2021	Patos de Minas		10/12/2021	12
40	01/12/2021	Betim Citrolândia		10/12/2021	9

Foram realizados ao longo do período 37 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	set/21	423-2021 Analista Social PMC- RMBH Estadual (licença maternidade) (online)
2	set/21	424 - 2021 Analista Social PRESP Divinópolis - Federal (online)
3	set/21	425 - 2021 Analista Social PRESP Vespasiano - Federal (online)
4	set/21	426 - 2021 Analista Social PRESP Ibitaré - Federal (online)
5	set/21	433-2021 Analista Social CEAPA Vespasiano - Estadual (online)
6	set/21	434-2021 Analista Social CEAPA Betim - Estadual (online)
7	set/21	435 - 2021 Analista Social Fica Vivo! Governador Valadares - Estadual (online)
8	set/21	436- 2021 Técnico Administrativo PCD e Reabilitados INSS - BH e RMBH (online)
9	set/21	445 - 2021 Gestor Social Base Local Juiz de Fora - Estadual (online)
10	set/21	446-2021 Analista Social Se Liga Juiz de Fora - Estadual (online)
11	set/21	447-2021 Analista Social CEAPA Juiz de Fora - Estadual (online)
12	out/21	451-2021 Assistente Administrativo Monitoramento - Sede Administrativa (online)
13	out/21	452-2021 Analista Administrativo Monitoramento - Sede Administrativa (online)
14	out/21	458- 2021 Supervisor Metodológico Fica Vivo! - Estadual (online)
15	out/21	460 - 2021 Analista Social CEAPA BH - Estadual (online)
16	out/21	466- 2021 Analista Social PMC Governador Valadares - Estadual (online)
17	out/21	487 - 2021 Analista Social Se Liga BH - Estadual (online)
18	nov/21	489 - 2021 Analista Social PMC Ribeirão das Neves - Estadual (online)
19	nov/21	491- 2021 Analista Social Fica Vivo! Betim - Estadual (online)
20	nov/21	492 - 2021 Analista Social Fica Vivo! BH - Estadual (online)

21	nov/21	493 - 2021 Analista Social Selo Prevenção Patos de Minas - Estadual (online)
22	nov/21	494 - 2021 Gestor Social Selo Prevenção Patos de Minas - Estadual (online)
23	nov/21	505- 2021 Gestor Social Base Local - BH e RMBH - Estadual (online)
24	nov/21	506- 2021 Analista Social Fica Vivo! Licença Maternidade BH e RMBH - Estadual (online)
25	nov/21	507-2021 Analista Social CEAPA Vespasiano - Estadual (online)
26	nov/21	512 - 2021 Analista Social CEAPA PCD e REAB. INSS BH e RMBH - Estadual (online)
27	dez/21	518 - 2021 Analisa Social Se Liga Juiz de Fora - Estadual (online)
28	dez/21	519 - 2021 Analista Social PrEsp Uberlândia - Estadual (online)
29	dez/21	524 - 2021 Analista Social Fica Vivo! Contagem - Estadual (online)
30	dez/21	531 - 2021 Analista Social PMC- Juiz de Fora - Estadual (online)
31	dez/21	532 - 2021 Analista Social CEAPA PCD e ou reabilitadas INSS - BH e RMBH (online)
32	dez/21	536 - 2021 Analista Social CEAPA - Juiz de Fora - Estadual (online)
33	dez/21	539 - 2021 Analista Social - Fica Vivo! Ribeirão das Neves (online)
34	dez/21	550 - Analista Social - PRESP - Santa Luzia Estadual (online)
35	dez/21	551 - Analista Social Fica Vivo! Vespasiano Estadual (online)
36	dez/21	556- Estágio Ensino Médio Sede Administrativa (online)
37	dez/21	557- Assistente Administrativo Sede - Financeiro (online)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

## Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

### Indicador nº 8.1. Número de relatórios Analíticos das UPC's de base local

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
26	27
Descrição do Indicador	
<p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs.</p> <p>Os Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC's de Base Local consistem em documentos de registros e análises das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade e contém os principais registros de fatos e fenômenos percebidos nos territórios atendidos pelos programas. Seu objetivo é sistematizar um conjunto de informações que permitam aos Gestores Sociais e equipes dos programas construir, intervir, acompanhar e avaliar de forma estratégica ações e encaminhamentos que permitam intervenções nesse contexto.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para a análise do 12º PA considerou-se o período de agosto a setembro. Neste bimestre foram entregues 27 (vinte e sete) relatórios referentes às das Unidades de Prevenção de Base Local pelos gestores, sendo esse 1 (um) relatório além da meta referente à retomada do Jardim Canaã em Uberlândia.

Alguns aspectos registrados na leitura/análise dos fatos ocorridos nos territórios que interferem na incidência de criminalidade merecem destaque, especialmente por considerar que são fenômenos que se repetem ao longo do texto. Nesse sentido, o objetivo da sistematização das informações é o de conseguir trazer para estudo a transformação de uma análise qualitativa descrita pelos gestores para uma quantitativa. Foram tomadas como base de análises os seguintes critérios: homicídios consumados; homicídios tentados; ameaças; violência policial; violências praticadas pelo tráfico; conflito entre grupos armados; violência contra a mulher; violência patrimonial; crimes contra a liberdade e dignidade sexual; e outras violências.

No período de setembro a outubro contabilizou-se pelo menos **37 homicídios consumados e 18 homicídios tentados**. Esses números comportam também homicídios consumados que ocorreram fora das áreas de abrangência das UPC's, mas quem mantém relação com os territórios atendidos pelos programas. No conjunto de circunstâncias relacionadas a esses crimes, percebe-se casos em que a dinâmica do território foi motivo propulsor dos eventos, dizendo aqui de conflitos de gangues e motivados por disputa do tráfico. Em que pese esse montante, não se pode deixar de notar que alguns deles guardam também estrita **relação com demandas afetivas (passionais), nesse sentido, registramos pelo menos: 07 homicídios consumados e 5 homicídios tentados**.

Assim como no relatório anterior, ressalta-se a manutenção do significativo número de operações policiais realizadas nos territórios. Foram sinalizados diversos casos em que os militares atuaram para apreensão de drogas, o que ocasionou a prisão de muitos alvos ou sujeitos identificados enquanto atuantes do tráfico nos territórios. Destaca-se a descrição de muitas apreensões de armas, drogas, munições, prisões (muitas delas vinculadas às pessoas com envolvimento no tráfico ilícito de drogas ou de pessoas consideradas "alvos" pelas polícias). Ainda no que se refere à atuação da polícia, tem-se relatos de moradores, lideranças/referências comunitárias e rede de

serviços descrevendo situações de ameaças, abusos e abordagens truculentas, onde destaca-se pelo menos 16 relatos de violência policial/institucional. Nessa aresta, observa-se que alguns gestores relataram a possibilidade de envolvimento de policiais em casos de homicídios consumados e também em situações nas quais os agentes estariam constringendo moradores dos territórios. Para além disso, os relatórios também sinalizaram a movimentação da polícia aparentemente de forma desordenada, com a circulação de viaturas em alta velocidade e diversos casos de abordagens truculentas, no qual podemos também destacar um ocorrido no qual a ação acabou ganhando contornos midiático e envolveu um ex oficineiro do programa Fica Vivo!.

Neste bimestre identifica-se 11 casos de violências praticadas pelo tráfico. Se compararmos com períodos avaliatórios posteriores, percebe-se uma leve queda, utilizando como parâmetro o quadrimestre anterior, onde tivemos um total de 47 casos e o bimestre de março a abril, onde foram apresentados pelo menos 24 relatos de violências praticadas pelo tráfico de drogas. Em algumas regiões os gestores pontuaram um aumento da sensação de segurança, onde moradores passaram a apontar a possibilidade de ficarem nas ruas até mais tarde ou de circular com maior segurança nesse ínterim, percebe-se uma comunidade um pouco mais organizada e que começa também a questionar a falta de acesso a serviços públicos, miserabilidade, espancamentos, coação, violência institucional (principalmente da polícia) e outras situações que precisam ser vencidas para que a segurança comunitária seja mais estável. Ainda de forma tímida, essa situação de maior tranquilidade nos aglomerados parece também estar concatenada com a diminuição dos conflitos entre grupos armados. Nesse bimestre contabilizamos 09 situações envolvendo a dinâmica dos grupos, enquanto no quadrimestre anterior tivemos 20 relatos de conflitos entre grupos armados na disputa pelo comércio ilícito de drogas nos territórios.

Outro destaque é o caso das ameaças em que obteve-se 15 casos nesse período. Algo que chamou atenção nessa situação foram os casos em que o PCCAAM foi chamado a intervir (pelo menos 02 casos), o que retrata o envolvimento dos jovens com a criminalidade, bem como com a possibilidade de execução desse público devido ao envolvimento direto com a venda de drogas. Destaca-se também situações nas quais as mulheres foram ameaçadas por seus ex-companheiros (pelo menos 02 casos), casos esses que foram acompanhados pelas equipes dos programas de base local nos territórios.

Apesar dos relatos sobre as situações de miséria e dos efeitos da pandemia ainda aparecerem nos relatórios, identifica-se que as organizações comunitárias têm possibilitado novos rearranjos nos territórios e, com isso, tem-se um número menor de ações voltadas para aquisição de cestas básicas dentre outras ações de cunho assistencialista. Nos territórios isso tem também refletido nos crimes contra o patrimônio. Identificou-se pelo menos 03 casos nesse bimestre, comparados a 12 relatos de crimes contra o patrimônio no quadrimestre anterior.

Destacam-se 15 relatos de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (física, psicológica, moral e sexual). No que tange à violência contra a mulher, algo que parece ser contínuo é a violência praticada dentro da relação conjugal, seja ela ainda em curso ou finalizada. Muitos dos casos relatados tinham estreita conexão com mulheres que buscaram ajuda para finalizar relações conturbadas, porém, acabaram retornando para o parceiro, algo que é estudado pelas equipes dentro dos “Ciclos de Violência”. Destaca-se nesse período que casos também foram encaminhados aos programas pela rede de serviços, o que demonstra pertencimento das equipes sobre o tema e também confiança da rede no atendimento de qualidade que é prestado pela Política de Prevenção à Criminalidade. Cabe destacar também o gradativo atendimento das equipes na comunidade LGBTQI+. Assim como no relatório anterior, percebe-se o esforço dos analistas em garantir que esse público acesse seus direitos, bem como consigam viver em segurança nos territórios.

Nesse relatório contabilizou-se também pelo menos 5 casos de crimes contra a liberdade e dignidade sexual. No quadrimestre anterior, também se identificou ao menos 5 relatos, o que demonstra que esse tipo de crime vem chegando cada vez mais ao conhecimento das equipes. Cabe ponderar que no que tange à outros tipos de violências tivemos nesse bimestre uma redução considerável (comparado aos 22 casos relatados no quadrimestre anterior), onde registramos somente 01 caso, que guardava relação com uma questão de saúde mental.

Por fim, entende-se que um trabalho de prevenção à criminalidade violenta deve passar pela construção de uma rede local de proteção efetiva, orientada e fundamentada na perspectiva da proteção social, do acesso a direitos, da emancipação dos sujeitos e do combate à violência institucional. É comum perceber grupos inteiros de irmãos ou até mesmo de famílias – incluindo pais, tios, primos, etc – envolvidos com a criminalidade nos territórios, especialmente com o tráfico de drogas. Esse retrato faz com que a prevenção orientada na perspectiva da proteção social se torne ainda mais necessária e, possivelmente, a estratégia de intervenção mais assertiva. É importante que as equipes mantenham o olhar direcionado para a vinculação e pertencimento ao território para além da identificação com as gangues e com os grupos criminosos: investir na formação de grupos comunitários, coletivos formados por moradores, atividades que proporcionem a ocupação e o uso dos espaços para além das bocas. É preciso também acessar as famílias e os jovens antes do rompimento com o laço social, antes mesmo do início do envolvimento dos sujeitos com a criminalidade, pois, anterior à efetivação das condutas de risco advindas com a

prática delitiva, as famílias e os jovens da comunidade já estão em situação de vulnerabilidade – algumas até mesmo em situação extrema.

<b>Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade</b>	
<b>Indicador nº 8.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>A Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 12º período avaliatório, com a manutenção das atividades presenciais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, tornou-se possível viabilizar o planejamento da retomada gradativa das oficinas dos territórios, com atenção aos protocolos de prevenção emanados pelos órgãos de saúde, aos decretos federal, estadual e municipais relativos à pandemia de COVID-19, bem como às diretrizes advindas desta SUPEC.

Destaca-se que, em agosto, o PLANO DE RETOMADA/EXECUÇÃO DAS OFICINAS é atualizado. Com isso, mediante os esforços despendidos por parte de todos os atores envolvidos na aplicabilidade deste plano de retomada das oficinas, além da melhora nos indicadores de monitoramento da COVID-19, considerou-se o cenário passível a medidas menos restritivas e a retomada de atividades esportivas, conforme orienta o Plano Minas Consciente.

Nos meses que compõem o trimestre em análise, em média foram retomadas 16 oficinas do Fica Vivo. Abaixo estão algumas informações sobre a execução das oficinas.

INDICADORES	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Número de Projetos de Oficinas Ativos	154	186	197	537
Número de Jovens atendidos	2199	2899	3168	8266
Número de Atendimentos	2501	3293	3660	9454
Média de jovens por oficina	13,0	15,6	16,1	44,7
Número de oficinas retomadas	17	21	10	48

Dentre as diretrizes especificadas no plano de retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! nas UPC's localizadas em municípios que se encontram em macrorregiões em Onda Verde, destacam-se as seguintes premissas:

- dada a ampliação das faixas etárias contempladas no calendário de vacinação da COVID-19 em todos os municípios, orienta-se à gestão social e às equipes do Programa Fica Vivo! que qualifiquem as informações, fomentem e promovam o acesso do público às Unidades de Saúde a fim de serem vacinados;
- a retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! tem se dado em fases, construídas a partir de parâmetros e critérios técnicos, observando sempre o cenário de cada município frente à prevenção à COVID-19;

- uma vez retomadas as atividades nas oficinas, o monitoramento por parte desta SUPEC será contínuo, para avaliação periódica da possibilidade de permanecer ou da necessidade de suspender novamente a execução;
- a partir dos critérios a seguir, as equipes técnicas irão avaliar as oficinas de seus territórios e construirão o Plano Local de Retomada das Oficinas (vide “Atribuições das equipes técnicas”);
- a retomada de toda e qualquer oficina deve ser validada com a supervisão metodológica de referência. Em nenhuma hipótese o Departamento de Monitoramento autorizará a implantação de oficinas sem a anuência da supervisão metodológica;
- cada equipe do Fica Vivo! deverá elencar, no máximo, 3 (três) oficinas (para cada uma das fases) que retomarão as atividades, devendo monitorá-las, presencialmente, nas 2 (duas) primeiras semanas de trabalho (independentemente da quantidade de encontros realizados por essa, distribuídos ao longo de cada semana);

Critérios a serem observados para retomada/execução das oficinas do Programa Fica Vivo! em municípios cuja macrorregião encontra-se na Onda Verde do Plano Minas Consciente:

- 1- a equipe deverá se atentar para que o/a oficineiro/oficineira não pertença aos grupos de riscos para contágio da COVID-19;
- 2- número de adolescentes e jovens em cada oficina: ainda que na maioria dos Decretos Municipais o número de pessoas seja calculado em função do tamanho do espaço, de maneira que seja possível a observância do distanciamento mínimo exigido entre cada participante, para fins deste Plano de Retomada das Oficinas será adotado o número máximo de 20 adolescentes ou jovens por encontro de oficinas em municípios que se encontram na onda verde do Plano Minas Consciente. Caso a oficina tenha demanda de número superior ao mencionado, cabe ao/a oficineiro/oficineira, juntamente à equipe técnica, organizar de forma que haja uma distribuição deste quantitativo durante os dias de encontros, sempre garantindo um máximo de 20 adolescentes ou jovens por encontro;
- 3- local para execução das oficinas: o local a ser definido pelo/pela oficineiro/oficineira deverá possibilitar o controle de acesso do público, como forma de reduzir a possibilidade de aglomeração de pessoas;
- 4- condições de higienização: serão distribuídos kits de higienização para as oficinas contendo álcool em gel 70%, máscaras e sabonete líquido. Importante destacar que, com relação às máscaras, essas serão de material reutilizável, ficando na responsabilidade de cada adolescente e jovem o cuidado com seu equipamento de proteção individual. **Não será permitida a participação de pessoas sem máscara de proteção cobrindo boca e nariz nas oficinas.**

Em acordo com essas orientações, a retomada das atividades tem sido acompanhada detalhadamente pela supervisão metodológica do Programa e pela gestão social das unidades de prevenção à criminalidade em âmbito local. Como no trimestre anterior, algumas modalidades de oficinas têm passado por (re)adaptações das atividades que eram realizadas para garantir a segurança dos oficineiros e jovens participantes das oficinas.

<b>Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade</b>	
<b>Indicador nº 8.3. Número de relatórios de gestão do Programa Se Liga</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Relatório de Gestão do Programa Se Liga consiste em um documento de registro e análise das ações qualitativas e quantitativas realizadas pelas equipes técnicas do Programa. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório que contemple as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;</li> <li>2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;</li> <li>3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;</li> <li>4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;</li> <li>5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes;</li> <li>6) Número de ações com familiares e de participantes;</li> <li>7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;</li> <li>8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;</li> <li>9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;</li> </ol>	

<p>10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos.</p> <p>11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado);</p> <p>Mais do que um registro numérico, os relatórios deverão contemplar o cruzamento de informações referentes aos esforços realizados pela equipe técnica e os resultados obtidos no tocante ao atendimento aos adolescentes público do Programa. Deve também sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa Se Liga no período de análise. Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p>
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme dita o indicador 8.3, durante o 12º período avaliatório foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.

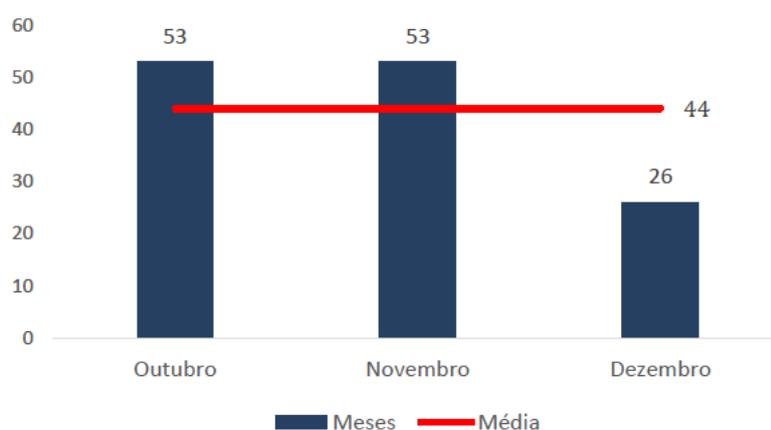
<b>Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade</b>	
<b>Indicador nº 8.4. Número de relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
3	3
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução.</p> <p>A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração dos</p> <p>Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas que deverão conter:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Número de reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;</li> <li>2) Percentual de presença de membros nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;</li> <li>3) Registros das principais discussões e encaminhamentos das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;</li> <li>4) Número e descrição de reuniões realizadas com a rede por município;</li> <li>5) Número e descrição de parcerias firmadas para viabilização do Programa por município;</li> <li>6) Número e descrição de ações de mobilização comunitária realizadas por município;</li> <li>7) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;</li> <li>8) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.</li> </ol> <p>Assim, a OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório, conforme diretrizes específicas emanadas pela SEJUSP/SUPEC.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC	

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Durante o 12º período avaliatório foram elaborados 3 relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas. Durante o período foi mantido um diálogo produtivo com a Direção do Programa no sentido de ajustar os relatórios elaborados às demandas do programa.

Abaixo uma breve descrição dos dados de ações do programa em Alfenas entre outubro e novembro de 2021.

**Gráfico 2 – Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Alfenas – outubro a dezembro de 2021**



Entre outubro e dezembro houve 132 ações realizadas pelo Programa Selo Prevenção em Alfenas, uma média mensal de 44 ações. As ações realizadas pelo Programa no município foram realizadas no decorrer do processo de implantação do Plano Municipal de Prevenção.

<b>Área Temática: Gestão da Parceria</b>	
<b>Indicador nº 9.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
100%	-
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.	

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

<b>Área Temática: Gestão da Parceria</b>	
<b>Indicador nº 9.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
100%	-
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p>O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual,</p>	

Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

<b>Área Temática: Projeto Qualificação e Empreendedorismo</b>	
<b>Indicador nº 10.1. Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>150</b>	-
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p><b>Descrição:</b> A dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e de acesso à renda do público atendido pela Política de Prevenção à Criminalidade tem um efeito de retroalimentação negativa, fazendo com que o envolvimento com a criminalidade se apresente como uma possibilidade mais concreta para o acesso a bens e ao consumo. Nesse sentido, o projeto visa a promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a orientação profissional de adolescentes e jovens atendidos e acompanhados pelos programas da política pública, ampliando sua empregabilidade e/ou capacidade de gerar renda, e utilizando a inclusão no mercado de trabalho como estratégia de prevenção à criminalidade. Serão ofertados cursos e/ou oficinas de qualificação profissional e empreendedorismo em Belo Horizonte, considerando a demanda e o perfil do público. Este indicador visa mensurar, cumulativamente, a quantidade de inscritos nas oficinas e/ou cursos para qualificação e empreendedorismo ofertados pelo projeto.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto  Fonte de Comprovação: comprovantes de inscrição  Fórmula de Cálculo: somatório do número de pessoas inscritas em todos os cursos e/ou oficinas ofertados  Polaridade: maior melhor  Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Comprovantes de inscrição	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o consequente pedido de dilação para alguns produtos de Emendas Parlamentares pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por estender o prazo do “Produto 1.4 – Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade” tendo início em dezembro de 2021 e término em dezembro de 2022 (16º PA), conforme publicação do VI Termo Aditivo. Da mesma forma, os indicadores correlatos “10.1. Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo” (em tela) e “10.2. Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo” (reportado a seguir) tiveram os prazos de término estendidos para julho de 2022.

Importante destacar que esse projeto foi implementado efetivamente em novembro de 2021 com a publicação e contratação de uma empresa fornecedora. Como formatação, definiu-se 03 áreas temáticas, 07 tipos de cursos e 14 turmas com 12 alunos cada.

<b>TEMÁTICA</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA</b>	<b>QUANTIDADE DE TURMAS</b>
Beleza	Barbearia e barboterapia	Turmas de 12	2
Beleza	Depilação	Turmas de 12	2
Beleza	Manicure e pedicure	Turmas de 12	2
Culinária	Garçom (técnicas para garçons de bares)	Turmas de 12	2

Culinária	Padeiro (pães, roscas e biscoitos + boas práticas na manipulação de alimentos)	Turmas de 12	2
Culinária	Salgadeiro (preparo de salgados + boas práticas na manipulação de alimentos)	Turmas de 12	2
Tecnologia	Montagem e manutenção de celulares	Turmas de 12	2

Com efeito, entre os dias 11 e 23 de dezembro ocorreu a formação da primeira turma do curso de Montagem e Manutenção de Celulares. É possível dizer que foi uma inauguração bem-sucedida do projeto, onde 11 dos 12 alunos concluíram o curso (92% de concluintes) em um mês de difícil mobilização e permanência dos estudantes devido a todas questões que envolvem as festividades de final de ano. O restante dos cursos será iniciado já nos primeiros meses de 2022.

Nestes termos, solicita-se a Comissão a **desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse 12º Período Avaliatório.**

<b>Área Temática: Projeto Qualificação e Empreendedorismo</b>	
<b>Indicador nº 10.2. Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
60%	-
<b>Descrição do Indicador</b>	
<p><b>Descrição:</b> Após a inscrição e o início das atividades no âmbito do projeto, a continuidade destes inscritos até o final de cada curso ou oficina é outro desafio a ser considerado na medida em que o público a ser beneficiado muitas vezes é acometida por vulnerabilidades nos quais se apresentam como pontos dificultadores para a continuidade das qualificações. Portanto, identificar e intervir nessas vulnerabilidades é processo fundamental para a efetividade dos resultados esperados. Este indicador visa a aferir o grau de conclusão dos cursos e/ou oficinas pelos beneficiários do projeto. Para fins deste indicador, será contabilizado o número de pessoas que concluíram os cursos e oficinas ofertadas e finalizadas sobre o somatório de todos os inscritos.</p> <p>Unidade de medida: percentual %  Fonte de Comprovação: certificados/declarações, ou outros documentos congêneres, que comprovem a conclusão de curso  Fórmula de Cálculo: somatório do número de pessoas que concluíram os cursos e oficinas finalizadas/somatório de todos os inscritos  Polaridade: maior melhor  Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Certificados/declarações, ou outros documentos congêneres, que comprovem a conclusão de curso	

A partir dos termos expostos no indicador 10.1, **solicita-se a Comissão a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados do 12º Período Avaliatório ou a consideração do cumprimento parcial obtivo com a turma de formandos desse Período, quais seja, 91%.**

### 3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Início	Término	Status	
1	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	17	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	17	Abril/21	Dezembro/21	12º
2	2.1	Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	5	Janeiro/21	Setembro/21	11º
	2.2	Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo	5	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
	2.3	Diagnósticos de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	5	Janeiro/21	Dezembro/21	12º

<b>Área Temática 1 – Projetos de Emendas Parlamentares</b>	
<b>Produto 1.1 – Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>100%</b>	-
<b>Descrição do Produto</b>	
<p>Os “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade” serão espaços de participação popular que ocorrerão nos territórios e municípios abrangidos pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Serão discutidas diferentes temáticas, tais como, segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade, o enfrentamento à violência em razão de gênero, acesso ao Estado Democrático de Direito, juventudes, letalidade juvenil, lazer, políticas penais, entre outras.</p> <p>Deverão ser atendidas as seguintes diretrizes mínimas:</p> <p>a. A delimitação do tema deverá ser construída em conjunto com atores estratégicos, que por sua vez, devem guardar relação com o fenômeno mais amplo;</p> <p>b. A delimitação da área ou município de intervenção (considerar a área afetada pelo problema, tais como: uma vila, ruas, becos ou recortes específicos dentro da área de abrangência da UPC);</p> <p>c. Cronograma: definição de cronograma das ações de planejamento, execução e avaliação da(s) intervenção(es);</p> <p>d. Distribuição de tarefas operacionais para execução das ações;</p> <p>e. Considerar a necessidade de acionamento de algum órgão externo à comunidade;</p> <p>f. Elaboração dos documentos com as propostas do planejamento de cada fórum a ser realizado;</p> <p>g. Elaboração da intervenção (momento de operacionalização por parte dos colaboradores das UPC’s): convites, material de divulgação, mobilização do público, entre outros;</p> <p>h. Registro da execução da intervenção (RGE da Gestão, relatórios qualitativos e quantitativos dos Programas de Prevenção);</p> <p>i. Realização de reunião de avaliação dos resultados das ações junto aos participantes (realizadores e público atendido).</p> <p>A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização dos “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”, com atendimento da legislação e normas pertinentes.</p> <p>A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 90 (noventa) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o “Plano de Execução dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade” que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto à sua realização.</p> <p>A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução de todos os “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório Circunstanciado, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade dos Fóruns.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Relatório de Execução aprovado pela SUPEC	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o consequente pedido de dilação para alguns produtos de Emendas Parlamentares pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por estender o prazo do “Produto 1.1 – Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade” tendo início em julho de 2022 e término em dezembro de 2022 (16º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VI Termo Aditivo.

<b>Área Temática 1 – Projetos de Emendas Parlamentares</b>	
<b>Produto 1.2 – Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>100%</b>	-
<b>Descrição do Produto</b>	
<p>O projeto “Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã” é produto de emenda parlamentar da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que objetiva promover formação em Segurança Cidadã e Mediação Comunitária à moradores das áreas de abrangência do Programa Mediação de Conflitos, de modo a ampliar o acesso a direitos sobre questões afetas às diversas violências vivenciadas por este público. Ademais, objetiva disseminar os preceitos de segurança cidadã ao fortalecer a premissa da participação social à luz do art. 144 da Constituição Federal, que aduz "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos(...)".</p> <p>A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização do projeto, com atendimento da legislação e normas pertinentes.</p> <p>A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 90 (noventa) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto à sua realização.</p> <p>A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução do projeto, bem como as fontes de comprovação, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório de Execução, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade dos Fóruns.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Relatório de Execução aprovado pela SUPEC	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o conseqüente pedido de dilação para alguns produtos de Emendas Parlamentares pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por estender o prazo do “Produto 1.2 – Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã” tendo início em janeiro de 2022 e término em setembro de 2022 (14º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VI Termo Aditivo.

<b>Área Temática 1 – Projetos de Emendas Parlamentares</b>	
<b>Produto 1.3 – Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>100%</b>	-
<b>Descrição do Produto</b>	

O projeto "Capacitação de Oficineiros do Programa Fica Vivo" é produto da emenda parlamentar da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que visa qualificar a discussão sobre letalidade juvenil, criminalização da juventude e segurança pública cidadã; ampliar o compartilhamento de experiências e boas práticas na intervenção com adolescentes e jovens com trajetórias de envolvimento com a criminalidade e/ou adotam condutas de risco; promover o aperfeiçoamento da análise dos conflitos e rivalidades violentas que as juventudes vivenciam em suas comunidades, como estratégia de prevenção e redução de resolução violenta e/ou letal dos conflitos, em especial os homicídios dolosos de adolescentes e jovens.

A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização do projeto, com atendimento da legislação e normas pertinentes.

A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 90 (noventa) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto a sua realização.

A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução do projeto, bem como as fontes de comprovação, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório de Execução, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.

#### Fonte de comprovação do indicador

Relatório de Execução aprovado pela SUPEC

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o conseqüente pedido de dilação para alguns produtos de Emendas Parlamentares pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por estender o prazo do "Produto 1.3 – Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo" tendo início em julho de 2022 e término em dezembro de 2022 (16ª PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VI Termo Aditivo.

### Área Temática 1 – Projetos de Emendas Parlamentares

#### Produto 1.4 – Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório

Resultado do período avaliatório

100%

-

#### Descrição do Produto

**Descrição:** O projeto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens visa a promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a orientação profissional, ampliando sua empregabilidade e/ou capacidade de gerar renda, e utilizando a inclusão no mercado de trabalho como estratégia de prevenção à criminalidade. O público alcançado serão adolescentes e jovens de 14 a 29 anos, do município de Belo Horizonte, atendidos e acompanhados pelos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Se Liga, Ceapa e PrEsp. A OS deverá considerar o projeto básico validado que será disponibilizado pela SEJUSP, bem como todas as diretrizes emanadas pela SUPEC para a execução do projeto.

A OS deverá elaborar o Relatório de Resultados para avaliar as contribuições efetivas do projeto para a empregabilidade e a geração de renda dos adolescentes e jovens atendidos. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Perfil do público (sexo, faixa etária, escolaridade, cor/etnia, renda familiar, UPC de origem);
- II. Fotografias de todas as turmas de qualificação executadas;
- III. Avaliação dos indicadores do projeto;
- IV. Nível de satisfação com o projeto: satisfação (em escala de 1 a 10) dos participantes com a qualificação recebida;

<p>V. Frequência média de participação: percentual de presença médio dos participantes nos encontros de qualificação;</p> <p>VI. Avaliação de aprendizagem: desempenho médio dos participantes nos cursos;</p> <p>VII. Obtenção de renda: percentual de participantes que obtiveram renda proveniente da atividade para a qual foram qualificados em até 6 meses;</p> <p>VIII. Outros itens definidos no momento da contratação.</p> <p>O Relatório de Resultados deverá ser entregue à SUPEC até 8 meses a partir do último dia de qualificação ofertada para aprovação do produto, no qual conste as fontes de comprovação ou qualquer outro documento que ateste as informações prestadas no instrumento.</p> <p>Na análise de aprovação do produto, a SEJUSP/SUPEC considerará todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.</p> <p>Critério de aceitação: Relatório de Resultado aprovado pela SUPEC</p> <p>Fonte de Comprovação: Relatório de Resultado aprovado pela SUPEC</p> <p>Duração: até 8 meses após o encerramento das qualificações.</p>
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>
Relatório de Execução aprovado pela SUPEC

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A partir dos termos expostos no indicador 10.1 e 10.2, **solicita-se à Comissão a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados do 12º Período Avaliatório.**

<b>Área Temática 1 – Projetos de Emendas Parlamentares</b>	
<b>Produto 1.5 – Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
100%	-
<b>Descrição do Produto</b>	
<p>O Projeto “Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade” é produto de emenda parlamentar estadual, cujo objetivo é realizar ações de circulação em Belo Horizonte e RMBH, para egressos e pré-egressos das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, atendidos pelo Programa Se Liga, com o objetivo de promover conexões entre o adolescente/jovem e a cidade, após seu cumprimento de medida. Organizado em dois eixos, tem como perspectiva um convite aos adolescentes e jovens, para se vincularem a espaços culturais, de lazer, aprendizagem e de qualificação profissional, prescindindo do ato infracional e do cumprimento de medida socioeducativa.</p> <p>OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 90 (noventa) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto a sua realização.</p> <p>A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução do projeto, bem como as fontes de comprovação, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório de Execução, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.</p> <p>Duração: até dezembro de 2021.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Relatório de Execução aprovado pela SUPEC	

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o conseqüente pedido de dilação para alguns produtos de Emendas Parlamentares pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por estender o prazo do “Produto 1.5 – Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade” tendo início em janeiro de 2021 e término em junho de 2022 (14º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VI Termo Aditivo.

<b>Área Temática 2 – Pesquisas e Diagnósticos</b>	
<b>Produto 2.2 – Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>100%</b>	-
<b>Descrição do Produto</b>	
<p>Com a finalidade de avaliar a efetividade do acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo a partir dos atendimentos realizados pelo Programa Se Liga, este produto visa avaliar a contribuição do Programa para a redução da reentrada desses adolescentes no sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.</p> <p>Será considerada para fins de reentrada no sistema socioeducativo a admissão em Unidade Socioeducativa registrada pela Secretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE/SEJUSP, desde que este registro se dê em data posterior à inscrição do egresso no Programa Se Liga.</p> <p>Para o cálculo da taxa de recorrência infracional esta pesquisa deverá utilizar os dados dos relatórios quantitativos do Programa Se Liga (referentes aos atendimentos realizados) e os dados fornecidos pela SUASE, para verificar se, após os atendimentos realizados pelo Programa houve, ou não, reentrada do egresso no sistema socioeducativo. Fica vedada a contratação de serviços de terceiros em qualquer etapa deste produto.</p> <p>Importante ressaltar que caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nos relatórios quantitativos a serem utilizados para esta pesquisa, tais alterações deverão ser previamente aprovadas pela SEJUSP/SUPEC.</p> <p>A fim de estabelecer a taxa de reentrada do público atendido, a partir do trabalho desenvolvido pelo Programa Se Liga, deverá ser realizado o cruzamento dos dados das planilhas alimentadas pela equipe técnica e dos dados coletados junto à SUASE, considerando as seguintes variáveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Percentual de adolescentes atendidos pelo Programa que reentraram no sistema socioeducativo por quantidade de vezes que foi atendido pelo Se Liga;</li> <li>2) Percentual de egressos atendidos pelo Programa por sexo;</li> <li>3) Percentual de egressos atendidos pelo Programa por faixa etária;</li> <li>4) Percentual de egressos atendidos pelo Programa por escolaridade (se este está matriculado, se é frequente às aulas, modalidade de ensino);</li> <li>5) Percentual de egressos atendidos pelo Programa por raça/etnia;</li> <li>6) Percentual de egressos atendidos pelo Programa por laço de convivência/local de residência (abrigo, amigos, família constituída, família de origem, parentes, vizinhos, rua, outras instituições);</li> </ol> <p>Para a execução do produto a OS deverá construir previamente com a SEJUSP/SUPEC a metodologia de pesquisa e o tratamento dos dados.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Pesquisa aprovada pela SEJUSP/SUPEC.	

### **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o conseqüente pedido de dilação para alguns

produtos de Pesquisas e Diagnósticos pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por substituir o “Produto 2.2 – Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo” pelo Produto “Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp”, tendo início em julho de 2021 e término em dezembro de 2022 (16º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VI Termo Aditivo.

<b>Área Temática 2 – Pesquisas e Diagnósticos</b>	
<b>Produto 2.3 – Diagnósticos de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Descrição do Produto</b>	
<p><b>Descrição:</b> O produto consiste na elaboração de 1 (um) diagnóstico para a implantação de nova Unidade de Prevenção à Criminalidade-UPC de base local em Minas Gerais. A implantação de uma UPC de Base Local é definida pela incidência da concentração territorial de homicídios (na faixa etária de 12 a 24 anos). A partir de dados estatísticos oficiais e diante da disposição de recursos, inicia-se uma discussão para a viabilidade de implantação dos Programas de base territorial: Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos. Direcionado o território após estudo estatístico e viabilidade de implantação, o diálogo com o poder público municipal é pautado para pensar estratégias de articulação, contrapartidas e validação dos dados somados às informações do município. Após esta articulação institucional é iniciado a contratação da equipe e gestão que atuará no território. Desta forma, a chegada da Política de Prevenção Social à Criminalidade no território é subsidiada pelo levantamento de dados, mas é necessário conhecer os aspectos culturais, sociais, econômicos, que compõem a história do território, sua infraestrutura social, potencialidades, grupos formais e informais, políticas públicas, referências e lideranças comunitárias, e fatores que incidem na concentração dos homicídios e outras violências, formas de socialização juvenis (grupos, gangues e aspectos da organização comunitária local.</p> <p>O Diagnóstico será composto por quatro etapas.</p> <p>Primeira etapa: levantamento de dados secundários, com busca por acervo de materiais como textos, livros, documentos, vídeos, entre outros – que tragam um registro histórico e também atual do território, a fim de se ter um primeiro conhecimento – que subsidie estratégias para a realização do Diagnóstico.</p> <p>Segunda etapa: mapeamento da rede institucional e comunitária presente na área de atuação da Unidade, para entrevistas, grupos focais e outras formas de sistematização das informações colhidas com os atores. Durante a realização das entrevistas, a equipe estabelece contato com as instituições e com moradores do território de atuação e agregam a leitura realizada no levantamento de dados secundários. As entrevistas ainda permitem estabelecer contatos institucionais, apropriação das políticas, projetos, programas e serviços que atuam no território. Identificação dos desafios e possibilidades apresentados por esses equipamentos, bem como apresentar a Política de Prevenção a Criminalidade, articulação de rede e estabelecer parcerias. O contato com os moradores da região é fundamental para a leitura qualificada quanto ao território, pois permite compreender, a partir do olhar de quem nele mora, das pessoas que enfrentam os desafios e possibilidades no contexto comunitário, bem como da relação com os equipamentos públicos locais, formas de organização comunitária e a percepção em contextos de violências. Para a realização das entrevistas são necessários suporte técnico, elaboração de instrumental e estratégias que garantam representatividade, bem como planejamento, meta, cronograma, sistematização de dados e consolidação do diagnóstico. Sendo assim, é necessário que essa equipe seja capacitada e orientada quanto à elaboração e aplicação de diagnósticos e pesquisas durante todo o processo de realização do Diagnóstico de implantação.</p> <p>Terceira etapa: Sistematização final. O produto final deverá incluir todos os dados quantitativos e qualitativos que farão parte do Diagnóstico, não restringindo apenas a um consolidado de dados. O documento final deverá trazer uma análise dos dados secundários levantados e acessados, em conjunto com as conclusões extraídas das entrevistas com os diversos atores locais envolvidos no processo. Espera-se ainda que se aponte um plano inicial de trabalho que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- mapear a rede sócio comunitária;</li> <li>- mapear a rede de proteção social;</li> <li>- evidenciar os problemas, os temas, os riscos e as tendências relativas aos homicídios de adolescentes e jovens, bem como outras violências, como por exemplo a violência contra a mulher;</li> <li>- identificar potenciais prioridades e oportunidades para uma ação preventiva à criminalidade;</li> <li>- identificar áreas prioritárias/foco para implementar oficinas, ações e intervenções.</li> </ul>	

O resultado final dessa etapa deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação.  
Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SEJUSP/SUPEC.  
Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.  
Duração: até junho de 2022.

#### Fonte de comprovação do indicador

E-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.

### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Em ofício 015-2021 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no dia 07 de outubro de 2021, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o consequente pedido de dilação para alguns produtos de Pesquisas e Diagnósticos pactuados no Plano de Trabalho do 5º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2021.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu retificou para 1 Diagnóstico de Implantação de Unidade de Prevenção à Criminalidade de base para o município de Ipatinga e mantido o prazo de entrega até dezembro de 2021, já o 2º, por ainda aguardar a definição do município que irá receber a UPC, foi adiado para entrega em junho de 2022, conforme observado na publicação do Plano de Trabalho do V Termo Aditivo.

**Nesses termos, a versão final do Diagnóstico de Ipatinga foi entregue por e-mail para a Supervisão do Contrato de Gestão no dia 29/12/21 e, posteriormente, aprovado pela SEJUSP/SUPEC, sendo a meta cumprida integralmente.** A seguir, apresenta-se uma síntese do produto apresentado.

O diagnóstico teve por objetivo consolidar informações e análises sobre o município de Ipatinga, Minas Gerais, especificamente acerca dos bairros Bom Jardim e Esperança, para subsidiar o processo de implementação da UPC de base local.

O documento apresenta uma breve descrição do contexto histórico do município sede da área de intervenção com o objetivo de caracterizar a conjuntura em que a cidade está inserida e contribuir no entendimento acerca de sua formação. Em seguida, são discutidos os aspectos sociodemográficos e econômicos da área de abrangência da UPC, cujo intento é investigar o padrão de qualidade de vida da população. Além disso, apresentam-se questões relativas ao mapeamento da rede institucional e comunitária presente na área de atuação da Unidade e outras percepções sobre segurança pública das instituições, grupos e lideranças que atuam no território. Por fim, são analisados os dados dos homicídios ocorridos no território circunscrito, com o objetivo de caracterizar as mortes violentas que aconteceram e compor um quadro maior acerca da violência que se incide nos bairros em questão.

De um ponto de vista metodológico, utilizou-se como fonte de dados livros, sites da internet, acervos pessoais, além de outros documentos e outros materiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ipatinga e arquivo público da cidade. Como resultado, foi possível trabalhar com informações textuais, bem como mapas e imagens fotográficas afim de melhor contextualizar o território. Para caracterização sociodemográfica da população de Ipatinga e, por conseguinte, da população da região de abrangência da UPC, utilizou-se dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, ano disponível mais recente, bem como o diário de campo da equipe que realizou a coleta de dados diretamente no território.

Já a análise das formas de organização social no território também tem como base a coleta de dados primários. Além do diário de campo, a equipe aplicou um questionário semiestruturado, que contava com perguntas fechadas e abertas. Foram entrevistados coordenadores de entidades e grupos, bem como lideranças locais. Ao todo foram realizadas, no período de 31 de agosto a 9 de novembro de 2021, 57 entrevistas, entre as quais 29 são de entidades e 28 são de lideranças/referências locais. Por último, para a análise dos homicídios, tem-se como insumo os dados provenientes do Registro de Eventos de Defesa Social, com a finalidade de consolidar as informações sociodemográficas, comunitárias e criminais.

De modo geral, entende-se a relevância do contexto histórico e da formação da cidade de Ipatinga para compreender a atual situação dos bairros abrangidos pela área de abrangência da UPC. As desigualdades na disposição dos equipamentos na extensão da cidade e o planejamento urbano empenhado em determinados bairros, em decorrência da instalação da Usiminas, têm consequências diretas na qualidade de vida e acesso a direitos da população residente na área de abrangência da UPC.

Quanto às características gerais dos bairros Bom jardim e Esperança, observou-se que a área da UPC concentrava 15,04% da população do município, tendo 36.021 habitantes, no ano de 2010. Além disso, a maioria informou ser do sexo feminino além de declarar a cor/raça como parda (55,2%), em seguida branca (34,2%), preta (9,2%), amarela (1,1%) e indígena (0,2%). Abordando o nível de renda per capita domiciliar, constatou-se que 2,7% dos domicílios que

compunham a área não tinham rendimento, ao passo que 30% dos domicílios que compunham a área tinham rendimento de até meio salário.

As informações acerca das condições de habitação e saneamento dos domicílios que estão na área de abrangência da UPC no ano de 2010 apresentaram resultados razoáveis. Os dados informaram que 10.752 domicílios (99,96%) possuíam energia elétrica, 9.534 domicílios (88,64%) eram casas, 6.983 imóveis (64,92%) eram próprios já quitados, 9.212 domicílios eram abastecidos de água pela Rede geral, 10.728 (99,7%) domicílios tinham como destino do lixo a coleta e, por fim, 10.375 (96,5%) domicílios possuíam esgotamento sanitário via rede geral ou esgoto pluvial.

Ainda, quanto às informações de mortalidade circunscritas pelos bairros Bom Jardim e Esperança em 2010, tem-se que, enquanto que 15% da população jovem (10 a 24 anos) da cidade se referiam ao contingente populacional da região dos bairros Bom Jardim e Esperança, 26% das mortes de adolescentes e jovens (10 a 24 anos) que aconteceram em Ipatinga correspondiam à área de abrangência da UPC. Tais resultados sugerem uma distribuição desigual no que diz respeito à mortalidade jovem, que tem como principal fator as causas violentas.

As percepções de lideranças e funcionários em entidades constituíram parte fundamental do diagnóstico, uma vez que permitiram mapear redes e demandas, além de conceber perspectivas diferentes acerca da área de abrangência da UPC. Deste modo, as lideranças entrevistadas citaram ainda 36 nomes de referências comunitárias conhecidas, dentre eles Antônio e Teco foram citados mais de uma vez. Dentre as instituições com que as lideranças estabelecem algum tipo de relação, MOVICAT e a igreja, principalmente, foram os mais aludidos.

Quanto às percepções dos entrevistados no que diz respeito a sinais de desordens no território em questão, o consumo abusivo de bebida alcoólica, dificuldade de acesso ao transporte público e violência contra a mulher são as situações mais comumente percebidas. Além disso, o tráfico de drogas foi um problema bastante mencionado nas respostas. No diário de campo, a equipe também registrou uma rixa passada entre os bairros circunscritos pela região de abrangência em questão, Bom Jardim e Esperança. Tal conflito teria resultado em homicídios e limitação da circulação entre os bairros.

No que diz respeito à análise de homicídios, destaca-se a porcentagem de pessoas pardas vítimas de homicídio no território e a grande maioria masculina no que diz respeito ao perfil por sexo. Nota-se também que mais da metade das vítimas experimentaram algum processo de migração e, com relação às vítimas do sexo feminino exclusivamente, dos 4 casos registrados, 2 tinham o autor como ex-cônjuge ou ex-companheiro e 1 tinha o autor como namorado. Além disso, 1,03% dos óbitos ocorridos em Minas Gerais aconteceram em Ipatinga, sendo que destes 19,16% registraram como local a região de abrangência da UPC, bairros Bom Jardim e Esperança.

No mais, reforça-se a relevância do empreendimento de um mapeamento como o proposto por esse produto para a implantação da unidade de prevenção à criminalidade de base local em Ipatinga. Foi possível identificar prováveis vulnerabilidades sociais e criminais no território, potenciais áreas de atuação dos programas, além de sistematizar as informações acerca de entidades e referências comunitárias atuantes, tendo em vista as demandas da população. Tal contextualização constitui elemento fundamental para a implantação da UPC. Com efeito, entende-se que esse diagnóstico não deve ser entendido como um produto acabado, pois necessita de constante aperfeiçoamento e atualização. Trata-se, portanto, de um marco inicial, a partir do qual as equipes dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo! poderão aprofundar o conhecimento sobre as especificidades dos microterritórios e construir ações e intervenções cada vez mais qualificadas e efetivas.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este documento apresentou os resultados do 12º período avaliatório (01/10 a 31/12/2021), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 27 indicadores, 5 produtos de emendas parlamentares e 2 pesquisas. Desse total, 16 indicadores e 1 pesquisa tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Dentre os casos em que a meta não foi alcançada, solicitou-se a desconsideração da avaliação geral dos resultados o indicador 3.2. “Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga” devido à restrição para a promoção de atividades presenciais dentro das unidades e atendimentos individuais para jovens ainda acautelados no contexto pandêmico. Argumenta-se que, mesmo com a redução da meta, esse indicador se torna inviável de ser cumprido nesse contexto. Os 5 produtos de emendas parlamentares tiveram seus prazos estendidos para 2022, conforme solicitação e justificativa prévia da OS e a publicação do VI aditivo. Por consequência, solicita-se a desconsideração dos indicadores “10.1 Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo” e “10.2 Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo”, visto que são umbilicalmente ligados ao produto 1.4 das Emendas Parlamentares, ou a consideração dos resultados parciais. Já a “Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo” por inviabilidade operacional e metodológica foi substituída por uma pesquisa de reentrada do público do PrEsp a ser entregue em 2022 e o outro Diagnóstico de Implementação adiado para julho de 2022.

Embora tenha havido melhora no contexto sanitário em relação aos períodos anteriores, o caótico pandêmico permanece afetando sobremaneira a prestação de um serviço de excelência que marca o histórico da parceria Instituto Elo e Supec/Sejusp. Para além de descrever e divulgar os resultados, os Relatórios Gerenciais dão visibilidade a uma série de iniciativas, aprendizados e capacidade de superação de centenas de colaboradores dispostos não somente a manter, mas também aperfeiçoar a Política de Prevenção Social à Criminalidade, mesmo em um contexto extremamente inseguro e adverso.

De acordo com o que foi apresentado, o 12º PA dá sinais de melhora significativa e expectativa de que os piores momentos ficaram para trás. Isso porque nota-se evolução no desempenho dos indicadores de atendimento de todos os programas em relação aos períodos anteriores e uma maior aderência ao formato metodológico habitual. Há de se destacar nesse contexto os dois programas com atuação mais fragilizada em função da pandemia e proporcionalmente maior evolução, quais sejam: o *Fica Vivo* e o *Se Liga*. O momento ainda exige muito cuidado e atenção. Porém, a determinação de todos os envolvidos, os resultados positivos, o avanço da vacinação em massa no estado e a consequente (e aparentemente sustentável) regressão dos índices de contaminação nos permitem acreditar que estamos no caminho certo e que, em breve, a Política poderá ser executada em sua plenitude e entregar mais e o melhor possível para os milhares de pessoas atendidas pelos programas.

#### 4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

#### **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO ELO**  
**CNPJ: 07.514.913/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:32:31 do dia 30/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/06/2022.

Código de controle da certidão: **B178.9E6A.9012.5591**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PCDER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 07.514.913/0001-75  
Certidão nº: 55197589/2021  
Expedição: 29/11/2021, às 12:30:13  
Validade: 27/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cnDt@tst.jus.br](mailto:cnDt@tst.jus.br)



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 07.514.913/0001-75

**Razão Social:** INSTITUTO ELO

**Endereço:** R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /  
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 29/12/2021 a 27/01/2022

**Certificação Número:** 2021122902021622054719

Informação obtida em 04/01/2022 16:08:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:  
03/12/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
03/03/2022

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000509322963



Prefeitura de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

## DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

### REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AHLLKIOIMS**

Documento/Certidão nº **17.678.677** Exercício: **2021**

Emissão em: **30/12/2021**

Requerimento em: **10:30:23**

Validade: **29/01/2022**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

## DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2022.

**GLEIBER  
GOMES DE  
OLIVEIRA**

Assinado de forma digital  
por GLEIBER GOMES DE  
OLIVEIRA  
Dados: 2022.01.13  
16:06:07 -03'00'

---

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo